

06 DEZ 2014

FOLHA DE LONDRINA

MP investiga burla ao

Cadastro Nacional

de Adoção

Investigação apura se juiz da 1ª Vara da Infância e Juventude privilegiou casais adotantes inscritos recentemente em detrimento dos mais antigos em dez casos

Loriane Comeli
Reportagem Local

Londrina - A Promotoria de Defesa do Patrimônio Público de Londrina instaurou, em outubro, procedimento para investigar possível burla ao Cadastro Nacional de Adoção (CNA). As supostas irregularidades estariam sendo praticadas pelo juiz da 1ª Vara da Infância e Juventude, Ademir Ribeiro Richter, que estaria privilegiando casais adotantes inscritos recentemente em detrimento dos mais antigos, mesmo quando o perfil da criança (sexo, idade, raça e outros) desejada era o mesmo. A ordem cronológica de habilitação – sentença na qual o interessado é considerado apto a adotar – é uma exigência do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). A Corregedoria do Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná também abriu sindicância. A irregularidade teria ocorrido em pelo menos dez casos, segundo o promotor Renato de Lima Castro, titular da investigação.

Segundo ele, a promotora que atua na mesma Vara da Infância e Juventude, Yara Faleiros Guariente, está sendo investigada por suposta omissão pela Corregedoria-Geral do Ministério Público (MP), uma vez que o artigo 50 do ECA atribui à Promotoria o dever de fiscalizar “a alimentação do cadastro e a convocação criteriosa dos postulantes à adoção”. A reportagem deixou recado à promotora, mas ela não deu retorno à solicitação de entrevista.

Castro começou a investigação a partir de denúncia de pessoas que foram preteridas no CNA. Ele ouviu praticamente todas as integrantes da equipe técnica – assistentes sociais e psicólogas – encarregadas de acompanhar os processos de adoção. Elas relatam que o juiz seguia critérios próprios e se negava a compartilhar com elas as informações do banco de dados do CNA, arquivo informatizado passível de ser acessado apenas com senha.

Uma psicóloga da equipe, em depoimento a Castro, afir-

mou que “o juiz despacha no sentido de que a equipe técnica deverá indicar um casal apto à adoção; entretanto, apenas a assessora do juiz possui acesso ao CNA, o que inviabiliza que a assistente social ou a psicóloga cumpra, de fato, a determinação judicial”. A mesma servidora disse que, em alguns casos, “o próprio juiz faz o contato com o casal que pretende a adoção”, quando, pelo procedimento legal, a equipe técnica é que teria esta incumbência.

OUTRAS COMARCAS

Outro problema seria a entrega de crianças para adotantes de outras comarcas, quando, em Londrina, haveria casais nas mesmas condições e mais antigos na fila. A manutenção da criança na mesma comarca seria uma prioridade estabelecida pelo ECA e pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O juiz, entretanto, deferiu a adoção de pelo menos duas crianças para moradores de Bandeirantes (Norte Pioneiro), cidade de origem de Richter.

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

Uma integrante da equipe técnica disse se recordar de pelo menos “duas situações em que o juiz estabeleceu contato direto com os pretendentes à adoção” e que ambos residiam em Bandeirantes. Só então, a psicóloga agendou a entrevista com o casal, para, cumprindo determinação legal, saber se ainda estava interessado na adoção. Na visita, “eles relataram que o Dr. Ademir já os conhecia”.

Para a servidora, segundo seu depoimento, o magistrado disse que a criança, de três meses, era irmã de outra menina já adotada pelo mesmo casal. Mas, segundo as declarações dela, “inexistia vínculo entre referidas irmãs”. Quanto ao outro casal de Bandeirantes, eles também teriam afirmado conhecer o juiz previamente à adoção: “são conhecidos do clube que o juiz Ademir frequenta”, teria dito o casal à psicóloga. “Isso também é uma violação do Cadastro de Adoção porque é prioridade absoluta que os adotantes devem residir na comarca de origem da criança”, declarou Castro.

O promotor disse que apura eventual prática de improbidade administrativa em desfavor do juiz. “Não pode o magistrado escolher arbitrariamente, de forma desarrazoada, os casais que pretende para a adoção porque muitos outros casais estão aguardando na fila”. Tal conduta fere a Lei de Improbidade “atenta contra os princípios da administração pública, violando os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade, e lealdade às instituições”, explicou Castro.

Juiz sustenta que critérios são subjetivos

Londrina - Em entrevista à FOLHA, ontem à tarde, o juiz Ademir Ribeiro Richter, que atua na Infância e Juventude há mais de dez anos, disse que já foi ouvido por uma equipe de inspeção correicional do TJ, mas preferiu não comentar a investigação do MP, alegando que não tem conhecimento oficial sobre o procedimento.

Ele afirmou que os critérios para escolher o casal adotante são “basicamente subjetivos”. “Na verdade, cada comarca, cada juiz tem seu critério”. Questionado sobre a exigência do ECA de obediência ao critério cronológico, o juiz disse que “não existe nenhuma determinação legal neste sentido”. “Por falta de critério legal, a gente usa os critérios que a gente pode. Dentre os casais, (escolho) o que está mais qualificado”, declarou. Caso a Corregedoria apresente critérios objetivos após a correição, disse Richter, ele passará a cumpri-los.

Sobre o fato de ter escolhido pelo menos dois casais de Bandeirantes, o juiz afirmou dá preferência para casais de Londrina, mas, em alguns casos, procura adotantes no cadastro nacional. “Houve casos de deferimento de adoção para Bandeirantes, Bahia, vários para o Estado de São Paulo.

A única situação de Bandeirantes é que é minha cidade natal da qual estou fora há 30 anos”, afirmou, garantindo que não concedeu adoção para adotantes com os quais tenha laço de amizade.

Sobre negar acesso ao CNA à equipe técnica, Richter disse que ter solicitado autorização ao CNJ, já que checar o cadastro seria uma ação privativa do juiz. (L.C.)

06 DEZ 2014

FOLHA DE LONDRINA
LAVAJATO

Crimes do Petrolão podem ter se repetido em outras 750 obras públicas, diz Moro

O juiz federal Sérgio Moro afirmou - em despachos nos quais negou a revogação das prisões preventivas de dois executivos envolvidos no esquema de pagamento de propina - que há indícios de que os crimes "transcenderam a Petrobras". A afirmação do magistrado é baseada em uma lista apreendida com o doleiro londrinense Alberto Youssef, em diligências realizadas no dia 15 de março, ainda na primeira fase da Operação Lava Jato. A tabela relaciona pelo menos outras 750 obras públicas no setor de infraestrutura

06 DEZ 2014

FOLHA DE LONDRINA

'Há indícios de que crimes transcenderam a Petrobras'

Afirmção é do juiz Sérgio Moro que, pela primeira vez, reconhece em despacho oficial que há suspeita de propina em 750 obras públicas

Lista de Youssef detalha obra pública, entidade pública contratante, proposta, valor e cliente do operador

Rubens Chueire Jr.
Reportagem Local

Curitiba – As investigações da Operação Lava Jato já apontavam que outras obras públicas poderiam ter sido alvo de desvios de recursos públicos semelhantes aos que ocorreram na estatal petrolífera, entretanto, pela primeira vez, o juiz federal Sérgio Moro, afirmou, em despachos onde nega a revogação das prisões preventivas de dois executivos envolvidos no esquema de pagamento de propina, que há indícios de que tais crimes “transcenderam a Petrobras”.

Para fazer tal afirmação, o magistrado usou como base uma tabela apreendida com o doleiro londrinense Alberto Youssef, em diligências realizadas no dia 15 de março, ainda na primeira fase da Lava

Jato, onde são apontadas 750 obras públicas dos mais diversos setores de infraestrutura. Conforme o magistrado, a apreensão dessa tabela nas mãos do doleiro é algo perturbador. “Na tabela, relacionada obra pública, a entidade pública contratante, a proposta, o valor, e o cliente do referido operador, sendo este sempre uma empreiteira, ali também indicado o nome da pessoa de contato na empreiteira”, escreveu Moro.

“Embora a investigação deva ser aprofundada quanto a este fato, é perturbadora a apreensão desta tabela nas mãos de Alberto Youssef, sugerindo que o esquema criminoso de fraude à licitação, sobrepreço e propina vai muito além da Petrobras”, ressaltou o juiz.

Investigadores da Lava Jato afirmaram há alguns meses

que a planilha encontrada em posse do doleiro, estava servindo como uma espécie de “mapa” para desvendar os negócios em que Youssef atuou entre os anos de 2009 e 2012. Em interrogatórios prestados à Justiça Federal no início de outubro, tanto Youssef, quanto o ex-diretor de Abastecimento da Petrobras Paulo Roberto Costa também tinham confirmado que o esquema de desvio de recursos ocorria em outros projetos públicos.

CONTINUA

FOLHA DE LONDRINA 06 DEZ 2014

CONTINUAÇÃO

“A cartelização funcionava em outras obras da Petrobras (além da refinaria Abreu e Lima) e até obras de fora da estatal. Ocorreu também na Refinaria Presidente Getúlio Vargas (Repar), em Araucária, na Região Metropolitana de Curitiba; como deve ter ocorrido na construção da usina nuclear de Angra 3, no Rio de Janeiro; em rodovias e nas construções de hidrelétricas da região Norte do País”, disse Costa, em trecho de seu depoimento ocorrido no dia 8 de outubro, em Curitiba.

Suspeita-se ainda que projetos referentes a portos, aeroportos e ferrovias também estejam na planilha apreendida com Youssef. “As provas dos autos apontam para a existência de um quadro de corrupção e de lavagem de dinheiro sistêmico e que se estende por anos, destinado a lesar licitações da Administração Pública e a inflar preços de contratos públicos, com posterior lavagem e pagamento de propinas a agentes públicos”, reforçou o magistrado.

Nas decisões, Moro negou os pedidos de revogação da prisão do vice-presidente da Engevix, Gerson de Mello Almada; e do executivo Erton Medeiros Fonseca, da Galvão Engenharia; ressaltando que “além dos crimes praticados via cartel, aparentam existir iniciativas criminosas isoladas das empreiteiras, ou seja, crimes similares perpetrados mesmo fora do cartel”. E, nestes casos, destacou o juiz,

“os agraciados não seriam somente Alberto Youssef e Paulo Roberto Costa. Há provas, em cognição sumária, de que outros agentes públicos e intermediadores foram beneficiados.”

Nos despachos sobre as prisões, Moro lembrou ainda que “empreiteiras não só produziram documentos falsos, contratos com as empresas de Youssef, para acobertar os pagamentos criminosos, mas os apresentaram a este Juízo como verdadeiros, sem qualquer ressalva ou informação quanto ao seu caráter fraudulento”.

ESTATAL

Em petição protocolada ontem na Justiça Federal do Paraná, a Petrobras requereu, por meio de seus advogados, o “compartilhamento do conteúdo dos depoimentos prestados em sede de colaboração premiada por Augusto Ribeiro de Mendonça Neto e Julio Gerin de Almeida Camargo, a fim de subsidiar as apurações internas em andamento conduzidas pela peticionaria (a própria estatal)”. Até o fechamento desta edição, o juiz tinha disponibilizado as delações para as defesas dos executivos envolvidos.

CLAUDIO HUMBERTO

66

“É perturbadora a apreensão desta tabela nas mãos de Youssef”

Juiz Sérgio Moro, que comanda a Lava Jato, sobre a extensão dos casos de corrupção

06 DEZ 2014

FOLHA DE LONDRINA

PMDB:

briga entre 'requianistas' | 2018 e 'richistas' tem novo capítulo

Mariana Franco Ramos

Reportagem Local

Curitiba - O imbróglio envolvendo a saída do ex-governador Orlando Pessuti, do deputado federal Osmar Serraglio e de outras três lideranças do PMDB paranaense da direção da executiva estadual do partido deve ganhar mais um capítulo na próxima terça-feira. Um recurso do grupo questionando a expulsão está na pauta de julgamentos da 7ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça (TJ), que se reúne a partir das 13h30, em Curitiba.

Além de Pessuti e Serraglio, foram destituídos o ex-secretário geral da legenda Doático Santos e os deputados estaduais Alexandre Curi e Stephanes Júnior. Eles foram acusados de trabalhar contra o senador Roberto Requião na campanha ao governo do Estado, mesmo após a maioria dos filiados ter decidido pela candidatura própria, em detrimento da coligação com o PSDB do governador Beto Richa. Doático, inclusive, chegou a montar uma banda, chamada de "Vovó Dallas", que entoava cânticos satirizando o senador na Rua XV, centro da capital.

"Aguardamos com muita ansiedade, porque a vitória será a reparação de uma injustiça terrível que o grupo do Requião cometeu. Fomos legitimamente eleitos e, em

uma atitude truculenta, desrespeitaram as normas estruturais", disse Pessuti. No dia 15 de agosto, a ala "requianista" convocou uma reunião do diretório e conseguiu aprovar a expulsão dos "richistas". Para seus lugares foram nomeados Rodrigo Rocha Loures, Sérgio Ricci, Anibelli Neto, Gilberto Martin, João Arruda e Maurício Requião Filho.

A votação aconteceu em uma tenda improvisada na calçada da Rua Vicente Machado, em Curitiba. Isso porque, com a justificativa de estar em luto pela morte do então candidato à Presidência Eduardo Campos (PSB), a executiva trancou a sede do diretório, que fica em frente. Depois de eleitos os novos membros, Requião e seus aliados chamaram um chaveiro e ocuparam o local.

Por outro lado, a decisão de expulsar Pessuti do PMDB, em processo que corre paralelamente, deve ficar para o ano que vem. Segundo o vice-presidente da executiva estadual, Nereu Moura, que é também o líder da bancada na Assembleia Legislativa (AL), a tendência é que a sigla aguarde o posicionamento do TJ.

No dia 2 de outubro, a Comissão de Ética e Disciplina suspendeu o ex-governador de suas atividades na legenda por 60 dias, alegando infidelidade partidária. Dias an-

tes do primeiro turno das eleições, o peemedebista gravou um depoimento no horário eleitoral de Beto, no qual afirmava que "eleição com Requião sempre tem armadura". Moura disse, contudo, que a demora da Justiça em manter ou não a intervenção no diretório acabou emperrando a questão. "Por enquanto, fica tudo como dantes no quartel d'Abrantes."

06 DEZ 2014

FOLHA DE LONDRINA

OPINIAO DO LEITOR

Crimes contra a mulher

Com relação à reportagem "PR registra 25 crimes contra a mulher por dia" (Geral,26/11) vale salientar que embora os casos de agressão física e psicológica sejam amparados pela famosa Lei Maria da Penha 11.340/2006, ela tem diminuído as agressões mais pelo temor do agressor. Porém, ela apresenta muitas falhas, principalmente quanto à correta aplicabilidade da lei no caso concreto. A mulher amparada por medida protetiva de urgência (prevista em seu artigo 22 que determina uma distância entre 100 a 200 metros para que o agressor não se aproxime da vítima) quando entra em contato com a polícia não é atendida prontamente, ou sequer é ouvida, tornando a medida letra morta de lei. Outra observação é em relação à penalidade aplicada, que não passa de cestas básicas ou prestação de serviços à comunidade. E ainda o réu sai reclamando, quando na verdade deveria ter a previsão de prisão efetiva na sentença. A efetividade de uma lei criminal é a prisão, o que não ocorre de fato neste país.

TATIANA GONÇALVES ANDRÉ (advogada) - Londrina

Militão



Ex-prefeito de Marília,
um irmão de ministro
do Supremo Tribunal
Federal, está sendo
acusado de ter desviado
R\$ 57 milhões do Fundo
Municipal de Saúde.
Gente fina!

07 DEZ 2014

FOLHA DE LONDRINA

Paraná tem 179 pontos vulneráveis à exploração sexual infantil nas rodovias

Estado é o terceiro no ranking divulgado pela Polícia Rodoviária Federal

Nelson Bortolin
Reportagem Local

O Paraná é o terceiro Estado brasileiro com mais pontos vulneráveis à exploração sexual infantil nas rodovias federais. São 179 pontos, de um total de 1.969 em todo o País. Minas Gerais tem 313 locais e, a Bahia, 216. Os números fazem parte do 6º Mapeamento dos Pontos Vulneráveis de Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes, projeto Mapear, divulgado pela Polícia Rodoviária Federal (PRF) no mês passado. Ele diz respeito a 65 mil quilômetros de rodovias federais nas 27 unidades da federação.

O estudo divide os pontos em críticos, de alto, médio e baixo riscos, sendo que, somente nos críticos, houve ocorrência comprovada do crime em algum momento, desde o primeiro levantamento feito em 2003. Em todo o País, há 566 pontos críticos, sendo que o Paraná concentra 10% deles: 56. Santa Catarina, com 69, Minas Gerais, com 61, e Bahia, com 60, vêm na frente neste ranking.

Bienal, o levantamento é feito pela PRF, em parceria com Organização Internacional do Trabalho (OIT), Childhood Brasil, Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e o Ministério Público de Trabalho. Os pontos são apontados e classificados por meio de entrevistas com policiais rodoviários de todo o País. O objetivo do mapa é fortalecer ações de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes.

Segundo a PRF, em 9 anos foram resgatadas 4 mil crianças e adolescentes identificados como em situação de vulnerabilidades nas rodovias federais brasileiras. E, nos últimos seis anos, foi possível reduzir em 40% o número de pontos críticos no País.

A coordenadora da Comissão Nacional de Direitos Humanos da PRF, Márcia Freitas Vieira, diz que os números têm de ser analisados considerando o tamanho da malha sob jurisdição federal em cada Estado. O Paraná tem a quinta maior extensão do Pa-

ís: são 3.745 quilômetros, segundo o Departamento Nacional de Infraestrutura em Transporte (DNIT). Minas Gerais tem a maior malha: 10.673 quilômetros, seguido por Rio Grande do Sul (5.676), Bahia (5.162), e Mato Grosso do Sul (3.787). “É preciso considerar essas nuances”, afirma. Ela ressalta que a existência de 56 pontos críticos preocupa mais que o número total. “São locais onde já houve registro de casos”, salienta.

METODOLOGIA

A coleta dos dados do mapeamento é realizada em período determinado por meio de formulário preenchido por policiais rodoviários federais durante as rondas nas rodovias. O formulário padronizado contém questões sobre as características encontradas nos pontos. A partir das respostas inseridas em banco de dados online, um programa calcula e subdivide os pontos por nível de criticidade.

CONTINUA

07 DEZ 2014

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

Os critérios que têm maior peso são: existência de prostituição de adulto, ocorrências de exploração sexual de crianças e adolescentes pela lembrança do policial em determinada localidade nos últimos dois anos, registro de ocorrência de tráfico/consumo de drogas nos últimos 24 meses e presença constante de crianças e adolescentes no local.

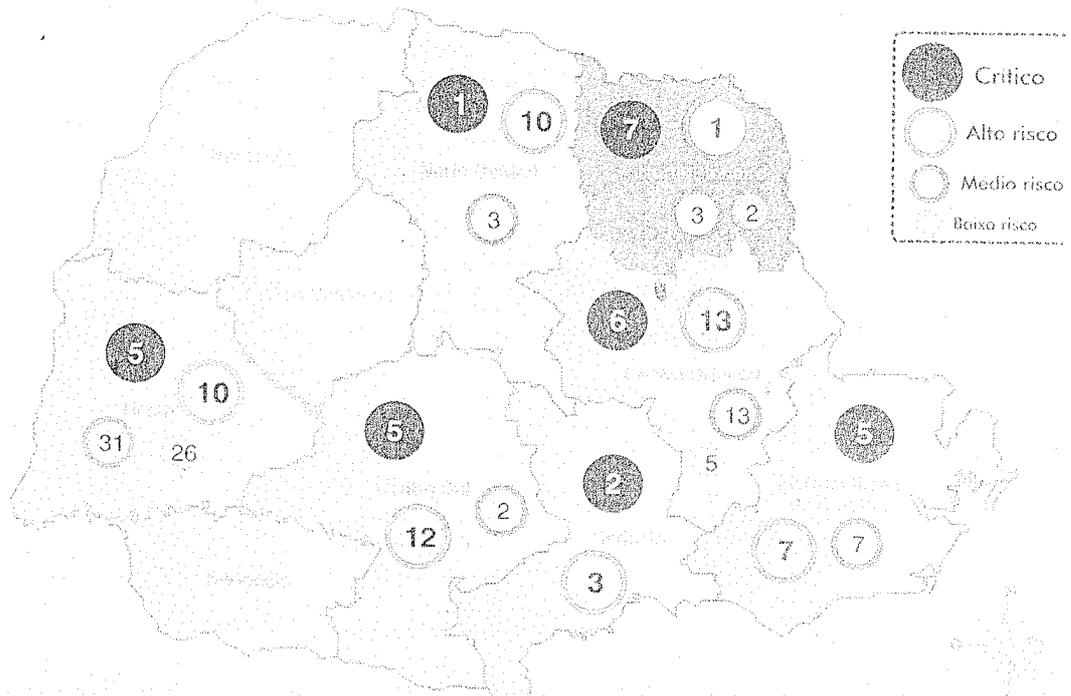
SERVIÇO

Denúncias sobre exploração sexual infantil devem ser feitas ao Disque 100, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. O serviço se encarrega de comunicar as autoridades policiais e os conselhos tutelares em qualquer cidade do País.

Dos 566 pontos críticos, mapeados no Brasil, 56 estão no Paraná

VULNERABILIDADE

Norte Pioneiro tem alta concentração de pontos críticos



CONTINUA

07 DEZ 2014

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

Faltam estatísticas para medir extensão do problema

É muito difícil saber a extensão do problema da exploração sexual comercial de criança e adolescentes o Paraná. A Polícia Rodoviária Federal (PRF) diz que, em 2013, 50 adolescentes e 8 crianças foram vítimas de crimes em rodovias federais no Estado. Mas, não é possível saber quais crimes foram cometidos. Já, neste ano, foram nove adolescentes e quatro crianças.

A partir de setembro de 2014, o sistema da polícia passou a permitir o detalhamento das ocorrências. Naquele mês, a PRF atendeu uma adolescente de 16 anos que estava em veículo abordado na BR 163, em Lindoeste (Oeste). Entre os policiais que participaram da abordagem estava o londrinense Michel Ribeiro.

“Paramos um carro lá pelas 22 horas. Dentro dele, estavam dois homens e duas mulheres. Uma delas, visivelmente, era menor e estava sem documento. Elas entraram em contradição e, depois, a adulta acabou admitindo que estavam fazendo o programa. A intenção dela era conseguir a guarda da menor, que havia deixado a família”, conta. O conselho tutelar foi acionado e todos foram levados para a Delegacia de Cascavel, onde os adultos passaram a responder inquérito.

O Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Estado do Paraná, diz que, no triênio de 2009 a 2011, foram registradas 3.188 boletins de ocorrências de violência sexual contra crianças e adolescente em 297 dos 399

municípios do Estado. A estatística não diferencia exploração comercial de abuso cometido nas famílias. O documento ressalta que “nem sempre este tipo de violência é registrado, ou sequer vem à tona”.

Desde 2006, a Childhood Brasil mantém o programa Na Mão Certa. O objetivo é unir esforços para acabar com a exploração sexual de crianças e adolescentes nas rodovias brasileiras. Por meio do programa, empresas e entidades empresariais de todo o País desenvolvem ações para proteger esse público.

A principal estratégia adotada pelo Não Mão Certa é a sensibilização dos motoristas de caminhão, para que atuem como agentes de proteção dos direitos de crianças e adolescentes. “Os caminhoneiros são os principais parceiros porque nos ajudam a denunciar a exploração”, afirma a coordenadora de Programas da Childhood Brasil, Anna Flora Werneck.

Anna Flora lamenta a falta de estatísticas sobre o crime no País. “Quando a gente fala de violência sexual, a gente trabalha muito pela experiência, pela intuição. Existem poucos dados no Brasil que nos aproximam da realidade”, analisa. (N.B.)

CONTINUA

07 DEZ 2014

FOLHA DE LONDRINA CONTINUAÇÃO

Vítimas dizem não se sentir exploradas

Como a maioria das vítimas de exploração sexual, L.K., uma transexual londrinense de apenas 16 anos, não se sente explorada. Atualmente, ela mora na casa da mãe e usa a internet para conseguir programas. Mas, no ano passado, quando ainda tinha 15 anos, passou uma temporada em São Paulo, onde foi morar com uma cafetina. "Vivi num AP com mais uma travesti. A gente morava de graça. Eu ganhava R\$ 250 por programa. Ela (a cafetina) só pegava metade", afirma.

A jovem diz que ajuda a mãe a fazer faxina em casas de família, mas que a renda obtida com este trabalho não é suficiente. "Tenho necessidades e preciso fazer programas para viver", declara. Em comum com outras transexuais, ela sofreu violência dentro de casa, quando começou a se vestir como mulher. "Foi muito complicado. Meus tios me batiam. Apanhei muito. A única pessoa que me defendeu era minha avó", declara.

A transexual Melissa Campos, 38 anos, não chegou a apanhar em casa, mas sofreu abuso sexual de um parente (não eram os pais) desde os 5 anos de idade. A diferença em relação à L.K. é que Melissa só saiu para fazer a vida nas ruas aos 18 anos. "Quando eu me tornei maior, meu pai achou que havia acabado a responsabilidade dele e me convidou a sair de casa", conta.

Depois de ganhar di-

nheiro na Europa e comprar duas casas (uma para ela e outra para a mãe), voltou ao Brasil, e atua hoje como ativista dos direitos dos homossexuais, mantendo também um grupo de apoio a transexuais e profissionais do sexo. Melissa luta pela aprovação da Gabriela Leite (projeto de lei em tramitação do Congresso), como forma de coibir a exploração sexual de criança e adolescente. O projeto regulamenta a prostituição. "Se esse mercado, que é milionário no País, for regulamentado, ficará mais fácil combater a exploração", acredita.

O grupo de Melissa é parceiro do ViraVida. A pedagoga do projeto, Karla Corsini Pilla, diz que é muito comum as meninas não se sentirem exploradas como L.K. "São pessoas que já foram muito judiadas na vida. Não receberam assistência da família. Quando alguém paga uma conta de luz, um aluguel (em troca de sexo), elas acham que essa pessoa está ajudando", afirma.

Atualmente, o programa que é mantido pelo Serviço Social da Indústria (Sesi), conta com 76 alunas, de 15 a 21 anos, vítimas de abuso sexual ou exploração sexual comercial. "Nosso objetivo é dar oportunidade a elas de deixarem de se submeter a essa exploração", conta. O programa dura um ano e, além de atendimento social e psicológico, oferece capacitação profissional às jovens. (N.B.)

CONTINUA

07 DEZ 2014

FOLHA DE LONDRINA CONTINUAÇÃO

Norte Pioneiro reúne maior número de locais suspeitos

O número de pontos vulneráveis nas rodovias federais do Paraná cresceu 61% desde o 5º mapeamento, divulgado em 2012. Eram 111 locais e, agora, são 179. Já os considerados críticos aumentaram de 43 para 56 (crescimento de 30%).

Pela primeira vez, o estudo da Polícia Rodoviária Federal (PRF) cruzou informações sobre os pontos de maior vulnerabilidade com o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M). Chama atenção nessa análise o fato de 90,43% dos 470 municípios brasileiros com pontos críticos ou de alto risco apresentarem IDH-M Educação entre médio e muito baixo (de 0,00 a 0,699).

No Paraná, dos 15 municípios que têm pontos críticos, somente três (Curitiba, Ponta Grossa e Maringá) contam com IDH-M Educação acima de 0,699. Apesar de apresentarem alto índice, todos são considerados grandes entrocamentos rodoviários.

O Norte Pioneiro, uma das mesorregiões mais pobres do Paraná, concentra sete pontos críticos. Só a pequena Abatiá tem três. Ali, o IDHM-E não passa de 0,596. Cornélio tem dois pontos críticos e 0,692 no índice. Andará tem 2 e 0,660. Já Ortigueira, no Centro Oriental, tem um ponto crítico e o menor IDH-M, 0,441.

Apesar de os policiais rodoviários apontarem grande vulnerabilidade para o crime, autoridades e caminhoneiros garantem que nada viram. A juíza da Vara da Infância e Juventude de Cornélio Procópio, Luciana Usae, afirma que nunca recebeu qualquer denúncia sobre exploração sexual de criança na comarca.

Representante do Conselho Tutelar de Abatiá, Karina de Souza, diz que desconhece qualquer ocorrência no município.

O inspetor Cavalcanti, da Delegacia da Polícia Rodoviária Federal (PRF) de Londrina, disse que a instituição não tem uma explicação para a existência de mais pontos vulneráveis no Norte Pioneiro. "Particularmente eu acredito que os caminhoneiros parem para descansar mais em Cornélio e nas cidades vizinhas do que em Londrina. São cidades menores onde eles se sentem mais seguros para estacionar. Essa pode ser uma explicação", afirma.

Carlos Roberto Delarosa, presidente do Sindicato dos Caminhoneiros de Londrina e Região (Sindicam), declara que desconhece a existência da exploração sexual de criança e adolescentes nos postos da rodovia. "Isso tinha muito antigamente. Hoje, os postos não permitem nem prostituição de adulto", garante.

A reportagem conversou com vários caminhoneiros no Posto Portelão, em Cambé, onde há grande concentração de motoristas. Todos negam a presença de crianças e adolescentes nos postos de combustíveis. (N.B.)

07 DEZ 2014

FOLHA DE LONDRINA

Prostituição infantil

A violência sexual tem sido discutida em todo o mundo como uma das mais extremas formas de violação aos direitos das crianças e dos adolescentes. É uma prática perversa porque, além de expor esses menores a danos físicos e emocionais, marca a vida dessas pessoas profundamente. Também é lamentável verificar que o Paraná ocupa as primeiras posições em um ranking que mapeou os pontos mais vulneráveis à exploração sexual infantil em rodovias federais – o Estado fica atrás apenas de Minas Gerais e da Bahia.

Na maioria dos casos são crianças e adolescentes que não tiveram muitas oportunidades na vida, vítimas de violência por parte de familiares ou membros de famílias totalmente desestruturadas. Como uma das poucas formas de sobrevivência, acabam nas ruas e, o pior, não se sentem sequer explorados. Se a Constituição Federal expressa que todos os brasileiros são iguais, é preciso definir e implantar políticas públicas que reduzam o problema. O País não pode continuar a perder suas crianças e adolescentes para exploradores.

Um dos principais pontos é que esses menores se sintam acolhidos. Não se trata apenas de “fechar” pontos e deixar todos à mercê da própria sorte. É preciso direcionar essas crianças e adolescentes a programas integrados de educação, cultura, esportes e lazer. É preciso dar outras oportunidades a esse público até mesmo porque, segundo o ranking feito pela Polícia Rodoviária Federal, a maioria dos pontos está em municípios com baixo Índice de Desenvolvimento Humano. Se o desenvolvimento do País não ocorre de forma igualitária, é preciso pelo menos dar chances iguais às pessoas e até mesmo outras opções de vida.

Reduzir de forma significativa a violência contra crianças e adolescentes deve ser uma luta dos brasileiros. É preciso que todos reflitam sobre o País que queremos construir e deixar para nossos filhos e netos. A população não pode acostumar-se com a presença de crianças e jovens nas ruas, vítimas da prostituição.

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

07 DEZ 2014

Cartel de trens em SP

A Suíça vai transferir ao Brasil todos os processos criminais existentes contra os suspeitos no caso do cartel dos trens de São Paulo, o que significa que a Justiça brasileira receberá todos os detalhes de todas as contas dos envolvidos e que atualmente estão bloqueadas. A informação foi dada a uma delegação de procuradores e promotores brasileiros que, nesta semana, esteve em Berna para trocar informações sobre o caso envolvendo as empresas Alstom e Siemens e funcionários públicos nacionais. Na quinta-feira, a Polícia Federal indiciou 33 pessoas suspeitas de envolvimento no cartel do setor metroferroviário que operou em São Paulo entre 1998 e 2008, nos governos de Márcio Covas, José Serra e Geraldo Alckmin, todos do PSDB. Entre os indiciados está o atual presidente da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM), Mário Bandeira.

Contas na Suíça

As informações permitirão que o Ministério Público no Brasil e promotores paulistas possam aprofundar as investigações contra João Roberto Zaniboni, ex-diretor da CPTM, contra o lobista Arthur Teixeira e o também ex-diretor da CPTM, Ademir Venâncio de Araújo, que detém cinco contas na Suíça com um montante bloqueado de US\$ 1,2 milhão. Os três são considerados peças fundamentais para entender de que forma as multinacionais Alstom e Siemens operavam para garantir contratos. Outro foco do processo é o ex-juiz do Tribunal de Contas, Robson Marinho.

CLÁUDIO HUMBERTO

Câmara vai gastar R\$ 666 milhões em gabinetes

A Câmara deve construir dois prédios para deputados federais terem "mais conforto". Somados, os novos anexos vão custar mais de R\$ 666 milhões. A obra deve ser tocada durante a provável presidência de Eduardo Cunha (PMDB-RJ). Serão construídos o bloco B do Anexo 4, com 86 gabinetes para os que hoje ocupam gabinetes mais modestos, no Anexo 3, e o Anexo 5, com auditórios, salas e vagas na garagem.

Custos siderais

Só os projetos do bloco B do anexo 4 já custaram mais de R\$ 3 milhões aos contribuintes. A obra é estimada em R\$ 425 milhões.

O STF não sabe

O Anexo 5 está previsto para ser construído em um estacionamento usado pelo Supremo Tribunal Federal. O STF não sabia dos planos.

07 DEZ 2014

FOLHA DE LONDRINA

Síndrome da superioridade congênita

Luis Miguel Luzio dos Santos

Repetidamente ouvimos falar que o Brasil é um país que acolhe a todos, uma nação cordial, hospitaleira, sem preconceitos ou afeita a qualquer tipo de segregação. De tanto que esse discurso é anunciado, tendemos a aceitá-lo sem reservas, o que falseia a realidade. A intolerância de estratos expressivos da sociedade é escandalosa e ficou evidente na última eleição que trouxe à tona a incapacidade de aceitar a diferença, numa ideia de superioridade que marca certos grupos que se veem como os verdadeiros proprietários da nação e, por isso, quem deve decidir os seus destinos. Esse sentimento tem sido radicalizado através de discursos em favor do separatismo ou ameaças de abandono do País, o que demonstra preconceito e incapacidade de conviver com a democracia.

Uma boa parte dos indivíduos que pertence à elite econômica do país entende a sua posição privilegiada como fruto exclusivo do seu mérito e os problemas da nação como reflexo de um povo atrasado, desqualificado e inferior – virtudes individuais, vícios coletivos. Querem assim explicar as iniquidades nacionais a partir de dois grupos contrários: os virtuosos - superiores - e as massas - inferiores - que emperram o desenvolvimento da nação. Contudo, se esquecem de que a realidade nacional é antes de tudo a história da exploração, da dominação e da hierarquia, em que as “regras do jogo” sempre foram definidas pelos mesmos privilegiados em detrimento da grande maioria.

Temos que admitir que somos um país racista, classista e incapaz de lidar com a diferença. A democracia, conquistada a duras penas após duas décadas de ditadura militar sangrenta e geradora das mais profundas atrocidades, para muitos, tornou-se incômoda e indesejável, pois, ao legitimar o poder da maioria, trouxe à tona uma realidade que sempre foi escondida, de que a maioria da população é pobre e que ao ter consciência da sua condição e poder pode mudar o jogo. O impacto foi tão profundo que parte da classe dominante passou a questionar a pertinência do siste-

ma democrático, apelando para a intervenção militar e outras aberrações, numa visão infantilizada do tipo: “Se não posso ganhar sempre, as regras do jogo estão erradas”.

A ascensão da classe média vem criando incômodos insuportáveis em parcelas significativas da população que sempre se viu como superior, e dividir os mesmos espaços com as massas tornou-se um martírio. São comuns as esdrúxulas reclamações em relação aos aeroportos que mais parecem rodoviárias, as praias que se enchem de farofeiros, os shoppings que parecem feiras populares e os trabalhadores que possuem direitos demais.

O Brasil não está dividido entre Norte/Nordeste e Sudeste/Sul, mas entre a intolerância, visão classista e síndrome de superioridade e os que acreditam na grandeza de um país miscigenado, uma nação mestiça, como defendia Darci Ribeiro no livro “O povo brasileiro: a formação e o sentido do

Brasil”. “O ruim no Brasil e efetivo fator do atraso é o modo de ordenação da sociedade, estruturada contra os interesses da população, desde sempre sangrada para servir a desígnios alheios e opostos aos seus... O que houve e há é uma minoria dominante, espantosamente eficaz na formulação e manutenção de seu próprio projeto de prosperidade, sempre pronta a esmagar qualquer ameaça de reforma da ordem social vigente.”

Deveríamos almejar e lutar por uma nação onde o filho do rico e o do pobre estudassem lado a lado e que o futuro de cada um não fosse definido pela classe social, a cor da pele ou a região de nascimento. Não se trata de coloração partidária, mas de um choque de humanidade, é reconhecer o outro como semelhante, o insucesso e a dor do outro têm que incomodar e a igualdade de oportunidades e a democracia têm que ser vistas como valores invioláveis, parte da tessitura elementar de cada ser humano.

LUÍS MIGUEL LUZIO DOS SANTOS é economista, doutor em Ciências Sociais e professor na Universidade Estadual de Londrina

“

Temos que admitir que somos um país racista, classista e incapaz de lidar com a diferença

”

07 DEZ 2014

FOLHA DE LONDRINA

TSE cassa mandato do prefeito de Rolândia

Loriane Comeli

Reportagem Local

Em decisão proferida na última sexta-feira, a ministra do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Maria Thereza de Assis Moura, cassou liminar que mantinha no cargo o prefeito de Rolândia (Região Metropolitana de Londrina), Johnny Lehmann (PTB). Reeleito em 2012, ele foi afastado dois meses após a posse, por decisão do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Paraná, mas teve o cargo devolvido pelo TSE, por meio de liminar. Lehmann, segundo a decisão, usou um jornal para afetar o resultado da eleição, conduta vedada a agentes públicos em ano eleitoral. A ação foi protocolada pela coligação do candidato derrotado Eurides Moura. Além da cassação do diploma, que implica a perda do cargo, Lehmann está inelegível por oito anos. A decisão atinge também o vice-prefeito, José Danilson Alves de Oliveira. “Meu advogado nos disse que ainda cabe recurso e vamos recorrer”, comentou Lehmann.

08 DEZ 2014

FOLHA DE LONDRINA

CLÁUDIO HUMBERTO

Cadeia neles

Celebra-se hoje o Dia da Justiça. Data que tem tudo a ver com a data que se comemora amanhã: Dia do Combate à Corrupção.

Caso Petrolão pode influir na escolha para o STF

O julgamento do escândalo do Petrolão deve ser decisivo na escolha do perfil que Dilma Rousseff pretende para o futuro ocupante da vaga aberta no Supremo Tribunal Federal com aposentadoria de Joaquim Barbosa. Um dos candidatos, ministro Benedito Gonçalves, nomeado por Lula em 2008 para o Superior Tribunal de Justiça, já foi no passado funcionário da Polícia Federal e delegado da Polícia Civil do DF.

Adams no páreo

Dilma já sinalizou preferência pelo ministro-chefe da Advocacia Geral da União, Luiz Inácio Adams, mas não bateu o martelo.

Cardozo é forte

Outro nome forte para a vaga no STF é o ministro José Eduardo Cardozo (Justiça), que, como Adams, tem a estima de Dilma.

Opção Aragão

Eugênio Aragão, procurador-geral eleitoral de 2014, ligado à cúpula do PT, tem forte apoio para o STF. Ele é especialista em direito penal.

08 DEZ 2014

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Cartórios paranaenses passam a emitir RG's a partir de 2015

Serão 537 cartórios aptos a emitir os documentos
de identidade nos 399 municípios
paranaenses. Curitiba contará com 19 novos
pontos de atendimento ao cidadão

A partir de 2015, os Cartórios de Registro Civil do Estado do Paraná passarão a emitir carteiras de identidade (RG's). A iniciativa, inédita no País, estenderá a todos os municípios do Estado a possibilidade de emissão destes documentos, além de facilitar a vida do cidadão que não precisará mais enfrentar filas presenciais ou listas de espera para agendar a emissão de RG's nos atuais postos do Instituto de Identificação.

Com uma rede de 537 postos distribuídos por todos os 399 municípios paranaenses, os Cartórios de Registro Civil formam a maior malha interligada de prestação de serviços de cidadania no Estado. A iniciativa é fruto de uma parceria entre o Governo do Estado, Tribunal de Justiça e Instituto de Registro Civil das Pessoas Naturais do Estado do Paraná (Irpen-PR).

Somente na cidade de Curitiba serão 19 novos postos para emissão de documentos de identidade, distribuídos por todos os bairros da cidade. Atualmente, a população paranaense dispõe de uma rede de 38 postos - 14 em Curitiba - do Instituto de Identificação distribuídos em 20 municípios do Estado. Em outras

idades existem convênios com as Prefeituras locais para a emissão de RG's que pouco a pouco serão substituídos pelos cartórios destes municípios.

Com a ampliação dos postos de emissão de RG's nada muda em termos de custos para o usuário, uma vez que a primeira via do documento continua gratuita para a população. No entanto, os prazos para a emissão dos documentos, cujo agendamento hoje chega a mais de 20 dias de espera em Curitiba e região metropolitana, não será maior do que três dias.

A assinatura do convênio ocorre hoje a partir das 13h na sede do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (Praça Nossa Senhora da Salette s/n), na sala do Órgão Especial do TJ-PR.

MAIS NOVIDADES

No mesmo evento serão apresentados dois novos serviços que serão disponibilizados imediatamente à população. O primeiro deles é o Selo Digital, que a partir de hoje substituirá o selo físico nos documentos emitidos pelos cartórios paranaenses, conferindo maior segurança e rastreabili-

dade ao documento, cuja validade poderá ser consultada pelo site www.funarpen.com.br ou em qualquer smartphone.

Outra novidade disponibilizada aos cidadãos será a transmissão eletrônica de certidões, que permitirá a um cidadão que nasceu em uma cidade como Londrina, mas hoje mora em Curitiba, solicitar a segunda via de seu documento de nascimento, casamento ou óbito, no cartórios mais próximo de sua residência ou trabalho, sem ter que necessariamente se dirigir ao cartório de origem do documento. Por meio de um sistema criptografado, o documento será transmitido eletronicamente ao cartório onde o cidadão realizou o pedido, para ser impresso, certificado e entregue no ato ao usuário.

08 DEZ 2014

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Supremo promove audiência pública para debater atualização monetária do seguro DPVAT

O ministro Paulo de Tarso Sanseverino, da Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ), decidiu realizar uma audiência pública para discutir a atualização monetária das indenizações do seguro DPVAT, pago a vítimas de acidente de trânsito. O evento acontecerá no dia 9 de fevereiro de 2015, às 14h na sede do tribunal, em Brasília.

O debate servirá de subsídio para julgamento de recurso especial sob o rito dos repetitivos que vai definir a possibilidade de atualização monetária das indenizações do seguro DPVAT a partir da edição da Medida Provisória 340/2006, convertida na Lei 11.482/2007.

Essas normas estabeleceram valores fixos para as

indenizações, que vão de R\$ 13,5 mil (em caso de morte) a R\$ 2,7 mil (cobertura de despesa médica). Os valores vigoram desde 2006 e não foi fixado nenhum índice de correção monetária.

O recurso que será julgado pelo STJ é de uma seguradora contra decisão do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, que determinou o pagamento da indenização por morte ao pai de vítima fatal com correção monetária desde a edição da MP 340/2006. A seguradora alega que a correção deveria incidir somente a partir da data do acidente.

O relator do recurso é o ministro Sanseverino. O edital de realização da audiência foi publicado no Diário da Justiça eletrônico (DJe) do dia 2 de dezembro.

MP PEDE AO STF PARA INVESTIGAR DEPUTADO FEDERAL

A Procuradoria-Geral da República (PGR) pediu ao STF que instaure dois processos para investigar o envolvimento do deputado federal Luiz Argôlo (SD-BA) com o doleiro Alberto Youssef. Um dos principais investigados da Operação Lava Jato e já denunciado pelo MPF, Youssef é suspeito de lavar o dinheiro desviado de contratos da Petrobras. Os dois inquéritos correm em segredo de Justiça. A PGR e o STF não comentaram o teor dos inquéritos. Protocolados os pedidos serão analisados pelo ministro Teori Zavascki.

MINISTRO AUTORIZA DELÚBIO SOARES A PASSAR O NATAL COM A FAMÍLIA

O ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal (STF), autorizou o ex-tesoureiro do PT, Delúbio Soares, a passar o Natal na casa dos pais, na cidade de Buriti Alegre, em Goiás.

Barroso determinou que Delúbio se ausente do Distrito Federal (DF), onde cumpre prisão domiciliar, no período de 24 a 30 de dezembro. O ex-tesoureiro foi condenado na Ação Penal 470, o processo do mensalão do PT, a seis anos e oito meses pelo crime de corrupção ativa.

06 DEZ 2014

GAZETA DO POVO

Escritório de Curitiba é alvo de ação do MP-PR

Operação Barreado apreendeu documentos de pescadores que deveriam ter sido indenizados por acidentes ambientais

ANTONINA

Oswaldo Eustáquio,
correspondente

Um grande escritório de advocacia de Curitiba foi alvo, ontem, da segunda fase da Operação Barreado, deflagrada pela Promotoria Criminal do Ministério Público do Paraná em Antonina, no Litoral do estado. A ação foi desencadeada após indícios de que um núcleo de fraudes teria se instalado no 1.º Cartório Cível do Fórum de Antonina, com a participação de ex-servidores da repartição. Com o apoio da Polícia Federal, foi cumprido mandado de busca e apreensão na capital paranaense. Os nomes dos advogados não foram revelados pelo Ministério Público.

Ações

Entre as atividades criminosas investigadas está a supressão de documentos referentes a ações de in-

denização movidas por pescadores prejudicados por acidentes ambientais. Os papéis teriam sido enterrados no terreno ao lado do Fórum de Antonina, com o objetivo de esconder informações da parte interessada. O escritório investigado representa centenas de pescadores, que podem não ter recebido valores liberados pela Justiça.

O MP-PR informou que em alguns dos processos o repasse da indenização já havia sido autorizado, mas os valores jamais chegaram às mãos dos trabalhadores. Há informações de que muitos processos também foram queimados.

A promotora criminal de Antonina, Kelly Vicentin Neves Caldeira, que comanda as investigações, pretende concluir o procedimento investigatório criminal em janeiro do ano que vem.

De acordo com o MP-PR, foram apreendidos no escritório diversos documentos referentes ao caso dos pescadores do litoral do estado que há 13 anos entraram com pedido de indenização por causa de dois acidentes ambientais causados pela Petrobras em 2001.

Repercussão

O diretor da Associação Caiçara de Desenvolvimento do Litoral, Luiz Afonso do Rosário, disse à Gazeta do Povo que uma das queixas mais frequentes de pescadores da região é o desaparecimento desses processos.

“Muitos pescadores entraram com ação contra a Petrobras, mas, no Fórum, recebiam a informação de que não havia processos em nome deles. Sempre achamos muito estranha essa situação e agora entendemos o motivo. Muita gente enriqueceu nas costas da comunidade caiçara. Mas acreditamos que a justiça já está sendo feita e a realidade dos pescadores está mudando com a exposição desses crimes”, disse.

Primeira fase

No início do mês passado, durante a primeira fase da Operação Barreado, o Ministério Público do Paraná e a Polícia Federal cumpriram cinco mandados de busca e apreensão na casa de suspeitos e conduziram quatro pessoas à sede da Polícia Federal para prestarem depoimento. No começo das investigações, o MP-PR informou que alguns processos de indenização tramitavam de forma mais rápida e outros ficavam parados.

CONTINUA

06 DEZ 2014

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Após a inspeção realizada no Fórum e a descoberta dos documentos escondidos, que foram encontrados por acaso, quando funcionários capinavam o terreno no Fórum, o cartório foi fechado e deve ser estatizado — mesma medida que está sendo aplicada aos cartórios cíveis de Paranaguá, onde também foram descobertas fraudes que teriam lesados os pescadores nas ações contra a Petrobras.

CASO DE ANTONINA NÃO É ÚNICO

Veja os acontecimentos de 2014 envolvendo esquemas suspeitos de lesar pescadores no Litoral do Paraná:

- **10 de abril** — A **Gazeta do Povo** publica a 1.ª reportagem, mostrando que uma advogada havia se apropriado da indenização de 18 pescadores.
- **20 de agosto** — Justiça recebe do MP-PR denúncia contra 19 pessoas que estariam envolvidas esquema.
- **21 de agosto** — Justiça determina o bloqueio de bens no valor de R\$ 16 milhões de oito acusados.
- **24 de agosto** — Reportagem mostra indícios de participação do advogado da Petrobras no esquema.
- **5 de agosto** — 8 pessoas são presas acusadas de montar um núcleo de fraudes milionárias dentro da 1.ª Vara Cível de Paranaguá. Outras 7 pessoas têm a prisão decretada.
- **31 de agosto** — A **Gazeta do Povo** revela que há mais de 12 mil processos no Fórum de Paranaguá ajuizados após a prescrição do prazo ou em duplicidade.

06 DEZ 2014

GAZETA DO POVO

Justiça autoriza soltura de Bibinho em Brasília

Ex-diretor da Assembleia Legislativa do Paraná foi preso no dia 28, quando recebia mala com R\$ 70 mil de origem suspeita

| Amanda Audi

A Justiça autorizou a soltura do ex-diretor-geral da Assembleia Legislativa do Paraná Abib Miguel, o Bibinho, que foi preso em Brasília na sexta-feira, dia 28, junto com outras quatro pessoas, no momento em que recebia uma mala com R\$ 70 mil de origem suspeita. Ele seria solto à meia-noite deste sábado.

Segundo Leonir Batisti, coordenador do Grupo de Atuação Especial e Combate ao Crime Organizado (Gaeco), que desencadeou a operação, não houve necessidade de pedir a prorrogação das prisões temporárias — que já haviam sido estendidas na última terça-feira.

No período em que os suspeitos ficaram detidos, os agentes do Gaeco trabalharam para produzir provas para a investigação, além de analisar a documentação

apreendida na casa do ex-diretor. As negociações do grupo foram descobertas em escutas telefônicas autorizadas pela Justiça.

O advogado da família de Bibinho, Eurolino Reis, não comentou o caso, que está sob sigilo. Mesmo com os bens bloqueados e afastado de atividades comerciais, o ex-diretor continuava movimentando dinheiro por meio de uma rede de empresas em nome de outras pessoas, em suposto esquema de lavagem de dinheiro.

Além de Bibinho, foram presos os irmãos Edivan e Sandro Bataglin, acusados de administrar as empresas laranjas que pertenceriam ao ex-diretor da Assembleia, e dois filhos dele, Luciana de Lara Abib e Eduardo Miguel Abib.

Bibinho já foi condenado duas vezes (em janeiro e abril deste ano) em processos relacionados à série Diários Secretos, da **Gazeta do Povo** e RPC-TV, que desvendou um esquema criminoso de desvio de dinheiro da Assembleia Legislativa.

06 DEZ 2014

GAZETA DO POVO

Indícios de fraudes vão 'muito além' da Petrobras, afirma juiz da Lava Jato

Para Sérgio Moro, é "perturbadora" a lista com 750 obras públicas que estava em posse de doleiro

As evidências recolhidas durante as investigações sobre a Petrobras sugerem que o esquema de fraude em licitações "vai muito além" da estatal, afirmou o juiz federal Sérgio Moro, que conduz as investigações da Operação Lava Jato. Moro afirmou que "há indícios que os crimes transcenderam a Petrobras" e classificou de "perturbadora" a tabela apreendida em março como doleiro e delator Alberto Youssef, com uma lista de cerca de 750 obras públicas de infraestrutura. Ali, constavam "a entidade pública contratante, a proposta, o valor e o cliente do referido operador, sendo este sempre uma empreiteira".

"Embora a investigação deva ser aprofundada quanto a esse fato, é perturbadora a apreensão desta tabela nas mãos de Alberto Youssef, sugerindo que o esquema criminoso de fraude à licitação, sobrepreço e propina vai muito além da Petrobras", escreveu.

Os comentários de Moro foram usados para rejeitar o pedido de revogação da prisão preventiva de Gerson de Mello Al-

mada, vice-presidente da Engevix, que está na carceragem da PF em Curitiba.

Segundo Moro, grande parte do esquema criminoso ainda está encoberto e, por isso, "a prisão preventiva se impõe a bem da ordem pública".

Entre os indícios contra a Engevix está o depósito de R\$ 3,3 milhões para a MO Consultoria, empresa de fachada de Youssef. A Engevix reconhece o pagamento, mas afirma que o doleiro foi pago por tarefas técnicas em benefício da empresa e nega ter praticado qualquer irregularidade.

"É perturbadora a apreensão desta tabela nas mãos de Alberto Youssef, sugerindo que o esquema criminoso de fraude à licitação, sobrepreço e propina vai muito além da Petrobras."

Sérgio Moro, juiz federal.

DEFESA DO PT

O ministro José Eduardo Cardozo (Justiça) voltou a defender ontem o PT das acusações de que o partido teria recebido, por meios legais, dinheiro da propina paga por empreiteiras em esquema na Petrobras. Ele disse ainda que especular que os recursos tenham sido usados para a campanha da presidente Dilma Rousseff em 2010 serve de "revanchismo"

UBIRAJARA COSTÓDIO FILHO

Uma pauta positiva para a Lei Anticorrupção

A corrupção esteve no centro dos debates durante a última disputa eleitoral para presidente da República. Muito se divulgaram denúncias de corrupção, de lado a lado, mas praticamente nenhuma atenção foi dada ao aspecto central desse assunto: o que fazer para fortalecer e aprimorar os meios legais de combate à corrupção praticada contra a administração pública, em todos os níveis de governo.

Passada a eleição, é de se esperar que os governantes eleitos mobilizem-se no efetivo combate à corrupção com a mesma intensidade demonstrada durante a campanha, mas cientes de que o debate eleitoral deve agora dar lugar ao debate técnico. Nesse sentido, um bom começo será voltar os olhos à Lei 12.846/2013, popularmente conhecida como Lei Anticorrupção, embora a CGU prefira denominá-la Lei da Empresa Limpa.

Promulgada no mês de agosto de 2013 e vigente desde o último dia 29 de janeiro, a Lei 12.846/2013 carrega a expectativa positiva de preencher uma lacuna na legislação brasileira, viabilizando a punição direta de pessoas jurídicas privadas ou sociedades despersonificadas que pratiquem as condutas ali tipificadas como ilícitas.

Apesar de promulgada há mais de um ano, até onde se tem notícia, poucos entes da Federação brasileira disciplinaram o assunto localmente, a exemplo dos estados de São Paulo, Paraná e Tocantins, e dos municípios de Rio Branco (AC) e de São Paulo — este último, aliás, o que melhor cuidou do assunto, em nossa opinião.

E uma adequada regulamentação da lei pavimentará o caminho para um bom início na sua aplicação, evitando brechas formais sujeitas a fomentar controvérsias que desviem o mérito dos processos.

Naturalmente, o grau de regulamentação necessária para o processo administrativo de apuração de responsabilidades é distinto e mais amplo que aquele exigido para o processo judicial, ao qual se aplicará a legislação processual vigente, com alcance nacional, em especial o rito da ação civil pública.

Todavia, quanto ao processo administrativo, é recomendável o detalhamento de alguns pontos da lei. Qual é a autoridade legitimada nos poderes Executivo (administração direta e indireta), Legislativo e Judiciário, para instaurar e julgar os casos de apuração de responsabilidade baseados na Lei 12.846/2013? Haverá delegação em alguma hipótese, como autoriza o §1.º do art. 8.º? Qual é a autoridade legitimada nos poderes Executivo (administração direta e indireta), Legislativo e Judiciário, para celebrar o acordo de leniência de que tratam os arts. 16 e 17? Qual o procedimento a ser seguido pela pessoa jurídica que desejar propor à administração a celebração de acordo de leniência? Quais serão os parâmetros de avaliação de mecanismos e procedimentos previstos no inciso VIII do *caput* do art. 7.º, para fins da aplicação das sanções? Qual será o rito para a aplicação da desconsideração da personalidade jurídica? Como funcionará o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), previsto no art. 22? E o acesso a suas informações? E eventuais pedidos de retificação ou cancelamento de inscrições desatualizadas? Como se processarão os recursos, na esfera administrativa?

Enfim, cumpre não perder de vista que o combate à corrupção deve ser pautado pelo respeito aos princípios da segurança jurídica, do devido processo legal, da ampla defesa e do contraditório, basilares em um Estado Democrático de Direito.

Ubirajara Costódio Filho, advogado, é coautor do livro *Comentários à Lei nº 12.846/2013: Lei Anticorrupção*.

06 DEZ 2014

GAZETA DO POVO

MP pede devolução de R\$ 418 milhões de contratos de trens

O Ministério Público de São Paulo pediu que 11 empresas investigadas no caso do cartel de trens no estado devolvam R\$ 418,3 milhões aos cofres públicos por supostas irregularidades em contratos de manutenção de trens da série S2000, S2001 e S3000. Os contratos foram celebrados com a Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM) entre 2001 e 2002. O valor também engloba uma multa aplicada às multinacionais a título de danos morais à coletividade.

“A população que necessita do transporte coletivo de trens vem sendo massacrada pelo péssimo desserviço que é oferecido pelas empresas que dominam o mercado metroferroviário em São Paulo. Elas prestam um desserviço”, afirmou o promotor Marcelo Milani. “Isso nos motivou a fazer um pedido de dano moral coletivo a essas empresas. Estamos pedindo que elas paguem uma multa de R\$ 112 milhões pelos danos morais provocados pela formação do cartel”.

A ação foi movida na quinta-feira. Além de exigir a devolução do dinheiro, o MP defende a dissolução de 10 empresas e a anulação dos contratos. A ação recai sobre Siemens, Alstom, CAF espanhola, CAF brasileira, TTrans, Bombardier, MGE, Mitsui, Temoinsa, Tejofran e MPE, que negam irregularidades. O MP não pediu a dissolução da CAF espanhola, sobre a qual a Justiça brasileira não pode aplicar a legislação nacional.

A manutenção de trens foi solicitada pela Diretoria de Operação da CPTM, em 1999, pelo valor orçado de R\$ 89 milhões. Em agosto, foi proposta ação civil por improbidade contra 11 empresas do cartel e três ex-diretores do Metrô de São Paulo, com pedido de indenização de R\$ 2,49 bilhões.

Transferência

A Suíça vai transferir ao Brasil os processos existentes contra os suspeitos no caso do cartel dos trens. Com isso, a Justiça brasileira receberá os detalhes de todas as contas dos envolvidos, que estão bloqueadas.

As informações permitirão ao Ministério Público aprofundar as investigações contra João Roberto Zaniboni, ex-diretor da CPTM, contra o lobista Arthur Teixeira e o também ex-diretor da CPTM, Ademir Venâncio de Araújo, que detém cinco contas na Suíça com um montante bloqueado de US\$ 1,2 milhão.

06 DEZ 2014

GAZETA DO POVO

Fiep não desiste de acabar com feriado

Diego Antonelli

■ A Federação das Indústrias do Paraná (Fiep) protocolou ontem um recurso judicial no Tribunal Regional de Trabalho do Paraná (TRT-PR) para que o dia 19 de dezembro não seja considerado feriado civil e obrigatório no estado.

A procuradoria jurídica da Fiep entrou como assistente dos réus na ação movida pelo Sindicato dos Empregados no Comércio de Pato Branco contra concessionárias de veículos da região, que originou toda a discussão sobre o feriado.

Em novembro, a 6.ª Turma de desembargadores do Tribunal Regional de Trabalho da 9.ª Região (TRT-PR) considerou que a data deveria ser feriado civil e não ponto facultativo.

A procuradoria da Fiep apresentou argumentos de que a lei estadual que criou o feriado seria inconstitucional desde sua origem, em 1962, porque segundo a entidade na época não havia, portanto, delegação legislativa aos estados para criarem feriados. Além disso, a classe argumenta que há uma legislação de 1995 que determina como feriado civil a “data magna do estado fixada em lei estadual”. “Até hoje o estado do Paraná não definiu qual é a sua data magna”, alega a entidade.

O Ministério Público do Trabalho do Paraná emitiu nota anteontem afirmando entender que o dia 19 de dezembro é feriado estadual. A interpretação baseia-se no texto da lei. O procurador-chefe do MPT-PR, Gláucio Araújo de Oliveira, defende que nessa data os trabalhadores devem ser dispensados de suas atividades por 24 horas, sem perda de remuneração.

Ele explica que a exigência de trabalho no feriado em cada empresa deve ser previamente autorizada pelo Ministério do Trabalho e Emprego e remunerada em dobro ou compensado por meio de banco de horas.

06 DEZ 2014

GAZETA DO POVO

NOTAS POLÍTICAS

Promotor suspenso

O Conselho Nacional do Ministério Público suspendeu por 15 dias o promotor de Justiça Rogério Leão Zagallo, da 5ª Vara do Júri de São Paulo. Zagallo escreveu em seu perfil no Facebook que, caso a tropa de choque matasse manifestantes, ele arquivaria "o inquérito policial". As críticas eram dirigidas a manifestantes do Movimento Passe Livre, que obstruíram o acesso do promotor ao Clube Esporte Pinheiros, onde Zagallo tinha ido buscar o filho de 11 anos. Ele apagou a mensagem, mas o conteúdo já havia se tornado amplamente conhecido.

Habeas corpus

Odair e Milton Geller, irmãos do ministro da Agricultura. Neri Geller, deixaram a prisão no Centro de Custódia de Cuiabá (MT) na noite de quinta-feira. Eles estavam presos desde o dia 27 de novembro sob a acusação de integrarem uma quadrilha de fraudadores de loteamentos da Reforma Agrária no interior de Mato Grosso, desarticulada pela Polícia Federal (PF) na operação Terra Prometida. A operação da PF desarticulou uma organização criminosa que fraudava documentação de concessão em terras da reforma agrária em dois loteamentos no Mato Grosso.

ENTRELINHAS

Outro lado

Depois de publicar o livro *Marias de Londrina – Mulheres Resilientes*, em que traz depoimentos de mulheres que sofreram violência doméstica e conseguiram superar o trauma, a jornalista londrinense Elisiê Peixoto lançará no ano que vem a obra "Passo a passo – homens resilientes". Desta vez, ela ouviu homens que agrediram suas parceiras e participaram de grupos reflexivos voltados a autores de violência punidos pela Lei Maria da Penha. O convite para escrever o livro partiu, novamente, da Associação Nós do Poder Rosa. A obra será lançada no dia 30 de março, pela Editora da Universidade Estadual de Londrina.

Cegueira e isenção do IR

06 DEZ 2014

DE OLHO NO LEÃO

Como se sabe, entre as moléstias arroladas pela legislação capazes de gerar isenção do Imposto de Renda sobre os proventos de aposentadorias e pensões, destaca-se a cegueira. Para tanto, a doença deverá ser atestada pela medicina especializada, mesmo que contraída depois da aposentadoria ou da reforma.

A isenção em tela não alcança os ganhos do trabalho ativo ou quaisquer outros rendimentos, como salários, aluguéis, honorários e ganhos de capital.

Polêmicas

Apesar da clareza contida na legislação, frequentemente surgem dúvidas quanto ao enquadramento de contribuintes nos parâmetros desse benefício fiscal. São recorrentes, por exemplo, os questionamentos relacionados ao fator temporal do início da doença, uma vez que, em regra, as perícias médicas, quando da constatação da moléstia, não costumam retroagir a uma data específica. Isto é, os profissionais da área médica encontram dificuldades para estabelecer a partir de quando o contribuinte é portador da doença. Esse pormenor ocasiona longas celeurnas em relação ao marco inicial da fruição do favor tributário.

O benefício está atrelado à data do laudo pericial, que deve ser obrigatoriamente elaborado por junta médica oficial de uma das três esferas de governo. O Fisco não aceita laudos emitidos por entidades particulares. Isto, no entanto, não retira sua importância no bojo de eventual demanda judicial.

Outra polêmica diz respeito à situação específica da extensão da doença da qual é portador o contribuinte. É o caso dos deficientes visuais. Para a Receita Federal, o pretendente à isenção deve provar que a deficiência envolve ambos os olhos. A lei, todavia, não diz isso. Refere-se a "cegueira", apenas.

O assunto vem sendo objeto de reiteradas decisões do Superior Tribunal de Justiça (STJ), todas contrárias ao Fisco. Para o STJ, a pessoa com cegueira irreversível em um dos olhos está livre, sim, do pagamento do tributo em tela sobre os proventos de sua aposentadoria ou pensão.

Embora a eficácia dessas decisões sejam aplicáveis apenas aos casos concretos, os precedentes do STJ têm norteado de um modo geral os julgamentos nos tribunais regionais.

Decisão recente

Apesar das rotineiras derrotas, o Leão mantém-se irredutível na sua estúpida tese de exigência da cegueira total em ambos os olhos do contribuinte para fins da isenção.

No mais recente julgamento realizado no STJ, envolvendo um contribuinte do Paraná, o ministro relator da causa, Benedito Gonçalves, ressaltou que esse argumento ofende os princípios constitucionais da igualdade, da dignidade da pessoa humana e da separação dos poderes. Acrescentou que não pode o Poder Judiciário, por meio de interpretação restritiva que favorece tão somente a Fazenda, considerar que a doença mencionada pelo legislador só abrange um determinado grupo que padece de uma espécie de cegueira.

CONTINUA

06 DEZ 2014

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

NOTÍCIAS

- O ministro Paulo de Tarso Sanseverino, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), decidiu realizar uma audiência pública para discutir a atualização monetária das indenizações do seguro DPVAT, pago a vítimas de acidente de trânsito.
- O debate, marcado para fevereiro de 2015, na sede do tribunal, servirá de subsídio para julgamento de recurso especial sob o rito dos repetitivos que vai definir a possibilidade de atualização monetária das indenizações do seguro DPVAT. Desde 2006, a legislação estabelece valores fixos para as indenizações, que vão de R\$ 13,5 mil (em caso de morte) a R\$ 2,7 mil (cobertura de despesa médica). Por incrível que pareça, não há fixação legal de nenhum índice de correção monetária.
- De acordo com o Comitê Gestor do Simples Nacional, novas atividades poderão optar pelo Simples Nacional a partir de 2015, a exemplo das atividades de produção e comércio atacadista de refrigerantes, fisioterapia, corretagem de seguros e de imóveis e atividades de natureza intelectual. As sociedades de advogados poderão ser registradas segundo o disposto no artigo 15 da Lei nº 8.906/1994.

GAZETA DO POVO

Caminhada marca o Dia de Combate à Corrupção

Taiana Bubniak

Neste domingo pela manhã, Curitiba recebe a 1.ª Caminhada Contra a Corrupção — evento que marca o Dia Internacional Contra a Corrupção, instituído pela ONU em 9 de dezembro de 2003. A intenção do evento esportivo, promovido pela regional paranaense da Controladoria Geral da União (CGU), é mostrar que a sociedade está disposta a combater a corrupção, tanto na gestão pública quanto nas práticas diárias.

A caminhada ocorre paralelamente à 19.ª Corrida do Tingui e as inscrições — com vagas para 300 pessoas — já se encerraram. O evento ocorre a partir das 8h, no Parque Tingui.

“Em todo o mundo, há atos solenes, festivos e esportivos para lembrar o dia. Representa o interesse da população com o tema e alia um hobby com a intenção de comunicar à sociedade que estas pessoas estão dispostas a combater a corrupção”, comenta Edward Borba, da CGU de Brasília.

Pequenas corrupções

A caminhada tem como intenção conscientizar os cidadãos sobre o papel de cada um na fiscalização dos recursos públicos, mas também de que essa luta começa “de baixo”. A CGU-PR incentiva que os participantes adotem como mote a campanha “Pequenas Corrupções — Diga Não”. Dentre as “pequenas corrupções” estão, por exemplo, atividades corriqueiras como furar fila, roubar o sinal da tevê a cabo, oferecer suborno a policiais, falsificar cartei-

rinho de estudante ou comprar produtos falsificados.

Em anos anteriores, o dia foi lembrado por meio de atos mais formais, que reuniam instituições públicas e órgãos de controle. Em 2013, na passagem do dia, representantes da CGU e do Tribunal de Contas da União (TCU) foram à Assembleia Legislativa do Paraná falar com os deputados sobre o combate à corrupção.

Avaliação

Na semana que passou, pesquisa da Transparência Internacional mostrou que o Brasil está no 69.º lugar, entre 175 países, quando se avalia o Índice de Percepção da Corrupção.

69.º LUGAR

é a posição do Brasil no ranking de percepção da corrupção, numa comparação com 175 países. O Índice de Percepção da Corrupção foi divulgado pela organização Transparência Internacional. No ano passado, o país tinha ficado em 72.º entre 177 países.

ENTREVISTA

Moacir Oliveira, chefe da Controladoria Geral da União (CGU) no Paraná.

Cidadão tem de perceber que dinheiro público também é dele. Qual é a motivação para a caminhada?

Agente entende que o combate à corrupção é feito de diversas formas. Há tanto o combate feito na “boca do caixa”, que é o de grandes operações, como a Lava Jato. Mas também há o combate à corrupção que surge da tentativa de despertar a sociedade. Essa caminhada visa a fazer a sociedade participar de forma prática no combate à corrupção.

Nós treinamos os funcionários, capacitamos os gestores. Mas existem outras formas [de participar]. No ano passado, fizemos um evento formal [para celebrar o Dia de Combate à Corrupção]. Mas desta vez resolvemos levar a discussão para a “praça”.

O senhor acredita que as pessoas estão preocupadas com o combate à corrupção?

A cultura contra a corrupção tem ganhado forma, principalmente com as iniciativas de transparência — como a Lei de Responsabilidade Fiscal e a Lei de Acesso à Informação.

Mas como esse combate se efetiva?

Nós estamos vendo uma preocupação com as despesas dos órgãos públicos. Mas, com formação, a sociedade vai perceber que precisa também atentar para a receita. A pessoa vai no supermercado e não sabe quanto daquilo que paga é imposto. Quando ela tiver essa informação, vai perceber que o dinheiro não é do país, mas também é dela. Com esse sentimento de pertencimento, as pessoas passam a olhar com mais cuidado. As instituições de controle têm que fazer esse tipo de provocação.

“A cultura contra a corrupção tem ganhado forma, principalmente com as iniciativas de transparência — como a Lei de Responsabilidade Fiscal e a Lei de Acesso à Informação.”

Moacir Oliveira, chefe da CGU-PR.

07 DEZ 2014

GAZETA DO POVO

Sistema que pode desafogar presídios não saiu do papel

Um sistema on-line que pode ajudar a desafogar os presídios brasileiros ainda não tem prazo para começar a funcionar, mais de um ano após a data prevista em lei para entrar no ar. O Ministério da Justiça deveria ter colocado o Sisdepen em funcionamento em setembro de 2013, mas o governo federal diz que enfrenta dificuldades técnicas para implantá-lo nos 26 estados e no Distrito Federal.

O sistema consiste em um banco de dados com informações sobre todos os presos do país, que poderá ser consultado on-line por juízes, promotores e advogados. Até os detentos poderiam acompanhar sua situação, em totens nos pátios de presídios.

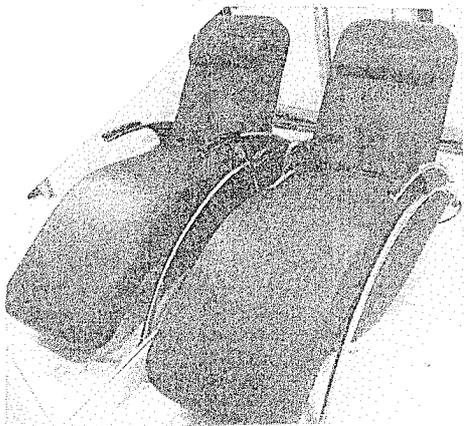
O serviço deve oferecer um raio-x atualizado de cada preso, incluindo o tempo restante de pena e a data para a progressão de regime.

Além de garantir um direito do detento, o Sisdepen deve amenizar a lotação das prisões brasileiras, segundo o CNJ (Conselho Nacional de Justiça) e a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil).

O serviço ajudará a identificar, por exemplo, pessoas detidas em regime fechado que já poderiam cumprir o resto da pena no semiaberto ou aberto. "O Sisdepen tem a vantagem de trazer transparência, para que a informação sobre o preso não fique nas mãos de poucos, e ao mesmo tempo agilizar os benefícios da execução penal", afirma o conselheiro do CNJ Guilherme Calmon.

A cadeira do Barbosa

Uma espreguiçadeira com massageador elétrico, estofamento em couro tem chamado a atenção de servidores que frequentam a sala de fisioterapia do Supremo Tribunal Federal (STF). A **cadeira (foto)** foi adquirido pelo Supremo a pedido do ex-presidente da corte Joaquim Barbosa, que a usava nos intervalos do julgamento do mensalão para aliviar as dores nas costas. Comprada em 2009 com dispensa de licitação, a espreguiçadeira custou R\$ 5.900 (R\$ 7.800 hoje). Na gestão de Barbosa, a espreguiçadeira subia e descia do cafezinho para uma espécie de sala montada no gabinete da presidência, onde o então ministro era atendido por fisioterapeutas. Com a aposentadoria de Barbosa, a sala foi desmontada, e a cadeira foi enviada para a sala de fisioterapia da corte. A assessoria do STF disse que o equipamento pode ser usado por servidores do Tribunal.



Biografias

O projeto que altera o Código Civil para garantir a publicação de biografias não autorizadas de pessoas públicas entra na quarta-feira na pauta da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado. O relator, senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES), avalia que vincular a biografia de pessoas públicas à prévia autorização "compromete a construção e a preservação da cultura e da história do país". O texto, aprovado na Câmara e enviado ao Senado, determina que a pessoa que se sentir atingida em sua honra, boa fama ou respeitabilidade poderá recorrer a juizados especiais. A polêmica começou quando o cantor Roberto Carlos obteve decisões judiciais para recolher uma biografia sua das livrarias. Alguns artistas chegaram a criar um grupo para pedir restrições à publicação de biografias sem autorização.

O advogado geral do PT

É sabido que o ministro-chefe da Advocacia-Geral da União, doutor Luís Inácio Adams, pode vir a ser indicado pela doutora Dilma para uma vaga no Supremo Tribunal Federal. Se ele é candidato, não deve ajudar quem teme a bolivarianização da Corte. Diante da afirmação de um magano das petrorroubalheiras de que sua empresa (Toyo Setal) pagou sua propina ao comissariado doando legalmente R\$ 4 milhões ao PT, Adams informou: "Eu tenho confiança de que o trabalho de campanha foi o mais cuidadoso, mais atento possível às questões legais".

Não é função do advogado-geral da União distribuir confiança. Ao passar o dinheiro de forma legal, a Toyo Setal também poderia dizer que foi "cuidadosa", mas seu diretor confessa agora que foi jabaculé. Isso é o que ele diz, pois será sempre necessário provar que uma doação legal se relaciona com um ilícito. Afinal, se uma doação de empreiteira ao PT nacional é jabaculé, por que um outro mimo, de outra empreiteira, ao PSDB de São Paulo, não o é?

O doutor Adams lustrou a ciência jurídica nacional no ano passado, quando discutiu a possibilidade de que médicos cubanos pedissem asilo ao governo brasileiro: "Nesse caso, me parece que não teriam direito a essa pretensão. Provavelmente seriam devolvidos". Ele vociferava e endossava uma ameaça do aparelho policial cubano. Pelo menos cin-

co médicos resolveram ir embora, quase sempre para os Estados Unidos, onde trabalhariam em funções subalternas. Felizmente, nenhum foi mandado de volta para Cuba.

07 DEZ 2014

GAZETA DO POVO



FRASES

"São milhões de conflitos, milhões de litígios que apertam no Judiciário e demandam uma solução."

"Embora a investigação deva ser aprofundada quanto a esse fato, é perturbadora a apreensão desta tabela nas mãos de Alberto Youssef, sugerindo que o esquema criminoso de fraude à licitação, sobrepreço e propina vai muito além da Petrobrás", "

Sergio Moro juiz federal que conduz as investigações da Operação Lava Jato.

"Cecilia fez um trabalho para Fernando (Collor) envolvendo fetos humanos. Ela pegou filhas de santo grávidas, fez com que abortassem e sacrificou os fetos para dar às entidades."

Rosane Malta ex-mulher do ex-presidente Fernando Collor, em livro de memórias sobre os bastidores do poder.

Boate Kiss tem nova denúncia, por fraude, envolvendo 34 pessoas

O Ministério Público de Santa Maria (RS) ofereceu mais uma denúncia contra 34 pessoas pelo incêndio da boate Kiss, que resultou em 242 mortes, no ano passado. O MP denunciou sete com ligação direta com a casa noturna e mais 27 pessoas por falsidade ideológica. A denúncia tem por base o inquérito policial que investigou as assinaturas favoráveis ao funcionamento da boate por 27 pessoas que não moravam a menos de 100 metros da casa noturna, e que não poderiam aparecer no processo de regularização feito em 2009.

08 DEZ 2014

GAZETA DO POVO

» CASAMENTO COLETIVO

Dia de dizer "sim"



Casais fizeram fila na Arena para oficializar a união, com direito a véu, grinalda, buquê e "torcida".

Projeto Justiça no Bairro oficializou a união de 800 casais de Curitiba e região

| Liana Suss

A Arena da Baixada deixou ontem de ser palco de disputas futebolísticas para se transformar em palco de união, com direito a véus e grinaldas, no casamento coletivo de 800 casais. Os noivos, inscritos no projeto social Justiça no Bairro, assinaram a união civil e receberam bênção ecumênica diante de milhares de convidados.

O casamento coletivo era voltado a casais com renda de até dois salários mínimos e foi organizado pelo Sesc Paraná,

em parceria com a prefeitura de Curitiba e o Tribunal de Justiça (TJ-PR). Além da capital, também foram atendidos as cidades de Almirante Tamandaré, Araucária, Campina Grande do Sul, Campo Largo, Colombo, Fazenda Rio Grande, Pinhais, Piraquara e São José dos Pinhais.

"Estamos concretizando o sonho de dar a essas pessoas economicamente vulneráveis a oportunidade de celebrar sua união, além de ser um marco para a Arena", disse a desembargadora e coordenadora do projeto, Joeci Machado Camargo, que presidiu a celebração.

A cerimônia teve a participação da Camerata Antiqua de Curitiba, do Coral do Ministério Público e por músicos do Projeto Crescer, que atende

crianças de Arapongas em situação de vulnerabilidade.

Atleticanos

Juntos há 11 anos e atleticanos de coração, Elizandro Veiga, 32 anos, e Cristina de Carvalho Veiga, 29, vestiram rubro negro dos pés à cabeça, com direito ao escudo do atlético na cauda do véu. "É um sonho que se realiza, estamos casando em nossa segunda casa", disse a noiva.

Já Ana Lindacir de Oliveira, aproveitou o dia de seu aniversário de 66 anos para oficializar a união de um ano e três meses com Henrique Franco, da mesma idade. "É muita alegria, assim que soubemos da oportunidade fizemos questão de casar oficialmente e seguir a tradição", disse o noivo, sorridente.

08 DEZ 2014

GAZETA DO POVO

» VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

PR ganha grupos de reflexão para homens agressores

Marcela Campos e
Pauline de Almeida,
especial para a Gazeta do Povo

“Eu fiquei preso por quatro meses e 23 dias. Durante uma briga eu agredi verbalmente a minha esposa e fisicamente a minha filha.” Aos 56 anos, R.M é um dos 97 homens que participaram, entre 2013 e 2014, de um grupo de reflexão em Londrina, no Norte do Paraná, voltado a autores de violência doméstica punidos pela Lei Maria da Penha. Entre os participantes, muitos nem sabiam que estavam sendo agressivos e encaravam as atitudes como normais, o que reforça a tese de que “assim como elas necessitam de apoio para deixar de apanhar, eles precisam de ajuda para parar de bater”.

Embora desde 2006 a Lei Maria da Penha determine a criação de centros de educação e reabilitação para os agressores, as medidas nesse sentido sempre foram pontuais, mantidas por iniciativa de poucos municípios e por curtos períodos. A esperança é que a situação mude a partir do ano que vem, com a implantação do Projeto Basta, desenvolvido pelo Patronato Central do Paraná com financiamento da Secretaria Estadual da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos (Seju) e da Secretaria Estadual da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (Seti).

A iniciativa será desenvolvida por meio dos Patronatos Municipais em ao menos 15 cidades: Apucarana, Campo Mourão, Foz do Iguaçu, Francisco Beltrão, Guarapuava, Irati, Jacarezinho, Londrina,

Maringá, Paranaguá, Paranaíba, Pitanga, Ponta Grossa, Toledo e Pontal do Paraná.

O Projeto Basta foi inspirado na experiência londrinense, que por sua vez teve como “guia” um programa tido como modelo na área, desenvolvido desde 1999 em São Gonçalo, no Rio de Janeiro. O desembargador Marcelo Anátocles, do Tribunal de Justiça do Rio, foi um dos primeiros a criar grupos de reflexão para homens que haviam agredido suas mulheres. Na época juiz titular do Juizado Especial Criminal de São Gonçalo, vara que atendia os casos de violência doméstica do município, ele sentiu na pele a resistência de membros da sociedade e do judiciário ao investimento de esforços no atendimento aos homens.

ciclo

Se normalmente o réu de um crime nega a prática, a situação é outra quando se trata dos casos da Lei Maria da Penha. Segundo Anátocles, o homem na maioria das vezes admite a conduta, porque ela é aceita culturalmente. O desembargador explica que o objetivo dos grupos é resolver o problema que está por trás do crime, a naturalização da violência contra a mulher. “Quando o processo judicial é aberto, o homem pode romper o relacionamento com aquela mulher, mas não interrompe a violência contra outras parceiras. É preciso mexer com a subjetividade daquele homem”, avalia.

A psicóloga Renata Maciel de Freitas, que coordenou os grupos em Londrina, afir-

ma que os homens encaminhados ao programa apresentavam características machistas e usavam a violência como forma de frear um comportamento da mulher considerado inadequado. “Nos grupos nós discutíamos os papéis femininos e masculinos construídos socialmente e que, às vezes, autorizam a violência como forma de correção”, explica.

Os agressores eram acompanhados durante quatro meses. O projeto funcionou entre fevereiro de 2013 e fevereiro de 2014. Durante esse período, houve apenas um caso de reincidência.

PERFIL

Embora a maior parte dos homens do Projeto Caminhos, de Londrina, tivesse de 25 a 35 anos, o projeto chegou a receber um integrante com mais de 70. Os perfis são variados: de pedreiros a empresários, e das mais variadas faixas de renda. Porém, quem trabalha na área diz que as famílias de renda mais alta recorrem antes a planos de saúde, psicólogos e psiquiatras.

“Nos grupos nós discutíamos os papéis femininos e masculinos construídos socialmente e que, às vezes, autorizam a violência como forma de correção.”

Renata Maciel de Freitas psicóloga

CONTINUA

08 DEZ 2014

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

MUDANÇAS

"Hoje minha filha é minha melhor amiga"

R.M, 56 anos, e E.G, 37, participaram de todas as sessões do grupo reflexivo ofertado em Londrina, onde a iniciativa ganhou o nome de Projeto Caminhos. Os atendimentos não trouxeram o retorno com as antigas companheiras, mas provocaram mudanças na percepção de mundo dos dois. R.M ficou detido por quatro meses e 23 dias após agredir fisicamente a filha e verbalmente a esposa, com quem era casado há 28 anos. No Caminhos, ele encontrou um espaço onde se sentiu à vontade para partilhar sua vivência. "Eles deixam você falar, fazem perguntas, você tem o direito de se expor. É muito bom", avalia. A violência doméstica – segundo ele, provocada especialmente pelo consumo de álcool – cessou. R.M ainda mora na residência com a família, mas não mantém o relacionamento amoroso com a esposa. Ele conta que o projeto motivou reatar o laço afetivo com a filha. "Hoje, ela é minha melhor amiga." E.G foi acusado de cometer violência doméstica contra a ex-esposa, com quem tem dois filhos e ficou casado por 14 anos. "Eu acho que era muito machista, a gente trabalhou essas coisas no grupo e eu mudei bastante", diz. A jornalista Elisiê Peixoto, de Londrina, entrevistou cerca de 40 participantes do projeto. Vários disseram sentir falta dos encontros. Alguns pediram para

que o grupo tivesse continuidade e outros sugeriram um módulo direcionado a casais. Os depoimentos serão compilados no livro *Passo a passo – homens resilientes*, que Elisiê lançará em 30 de março pela Editora da Universidade Estadual de Londrina. Segundo a psicóloga Renata Maciel de Freitas, ex-coordenadora do Projeto Caminhos, os participantes passaram a buscar formas de resolução dos conflitos sem o uso da violência. Embora os resultados positivos sejam inegáveis, o desembargador Marcelo Anatócles ressaltou que os atendimentos não podem ser vistos como solução para todos os casos. "Alguns homens tiveram de participar novamente do grupo [em São Gonçalo]. Em outro caso, descobrimos que o autor de violência era um psicopata e advertimos o juiz", alerta.

08 DEZ 2014

GAZETA DO POVO

Aplicativos tentam fortalecer políticas de gênero e cidadania

Angieli Maros e Taiana Bubniak

Os grupos responsáveis pelos 22 projetos selecionados para a segunda maratona Hacker — o Hackathon — apresentaram os resultados dos produtos desenvolvidos durante o evento realizado no fim do mês passado na Câmara dos Deputados, em Brasília. Os cinco dias de trabalho resultaram em 19 aplicativos voltados a fortalecer as políticas de gênero e cidadania, tema da maratona deste ano. Dos sistemas criados, dois serão premiados.

Em 2013, o Hackathon teve foco em transparência legislativa e interatividade. Desta vez, o tema dos projetos foi direcionado. Outra mudança em relação à maratona passada foi a obrigatoriedade de pelo menos uma participante mulher ou transgênero nos grupos inscritos em 2014. Dos 47 participantes desta edição, 24 eram mulheres.

Dos 19 aplicativos confeccionados, um foi criado por jovens de Maringá, no Noroeste do Paraná. O aplicativo, chamado de Myrthes, consiste numa rede social para troca de informações entre mulheres vítimas de violência e advogados e psicólogos voluntários.

Outro trabalho desenvolvido é o “Minha voz”, que orienta a mulher sobre o modo de agir em casos de violência, com base em seu próprio depoimento. No site, a mulher poderá fazer um teste para entender o tipo de violência que sofreu — se abuso ou exploração

sexual, violência física, psicológica ou obstétrica, por exemplo. A partir das respostas das vítimas, o site vai informar como proceder em cada caso.

Entre os demais trabalhos apresentados estão ainda um que mapeia a aplicação da Lei Maria da Penha (11.340/06) no país; outro que agrega dados sobre a prática do aborto no Brasil; além de projetos que reúnem dados sobre a participação das mulheres na Câmara dos Deputados e sobre as propostas delas para fortalecer as políticas de gênero. Outro traz informações sobre o orçamento e as políticas públicas do governo de cada estado brasileiro voltadas para as mulheres.

Premiação

Até a última sexta-feira, todas as propostas apresentadas no evento teriam de ser finalizadas. Os links para os projetos ficarão disponíveis para a banca avaliadora — formada por especialistas — que vai analisá-los de acordo com quesitos como inovação, interesse público, acessibilidade e qualidade técnica. O grupo de jurados se reunirá para chegar a um consenso em uma reunião fechada que será filmada e depois disponibilizada a todos os participantes. O resultado deve ser divulgado no dia 17 de dezembro.

Os autores dos dois projetos vencedores serão premiados com passagem e hospedagem para participar de um encontro sobre democracia digital nos EUA.

08 DEZ 2014

GAZETA DO POVO

Deputados aprovam tarifaço amanhã

Votação na Comissão de Constituição e Justiça será hoje e amanhã o projeto chega ao plenário. Richa tem maioria absoluta para aprovação

Euclides Lucas Garcia

Pressionada pela proximidade do recesso de fim de ano, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Assembleia Legislativa do Paraná fará hoje uma sessão extraordinária para analisar os projetos do tarifaço proposto pelo governador Beto Richa (PSDB). As medidas preveem o aumento na alíquota do IPVA e do ICMS sobre dezenas de produtos e ainda acaba com a isenção tarifária de 12 itens da cesta básica. Depois de aprovadas pela comissão, as propostas devem ser votadas — e aprovadas — amanhã em plenário.

Sob a justificativa de que “não há outro caminho” para solucionar os problemas de caixa do estado, o Executivo pretende pôr fim à isenção de ICMS para itens como arroz, carnes, feijão, frutas, leite, ovo e pães. O benefício foi concedido pelo ex-governador Roberto Requião (PMDB) em 2005. Diante da repercussão negativa da volta da taxaço da cesta básica, Richa afirmou que, posteriormente, vai editar um decreto para novamente isentar esses produtos.

O tucano, no entanto, não se comprometeu a mudar o projeto de lei em tramitação na Assembleia.

O “pacote de maldades” prevê ainda que a alíquota de ICMS sobre produtos como materiais escolares, eletrodomésticos, medicamentos, calçados e roupas saia da casa de 12% e retorne a 18% ou 25%, percentuais cobrados antes da minirreforma tributária de 2008, também sancionada por Requião. A mudança abrange materiais escolares, eletrodomésticos, medicamentos, calçados, roupas.

Outro objetivo de Richa é aumentar em 40% a alíquota do IPVA e em um ponto percentual o ICMS da gasolina. O tucano também pretende taxar em 11% os aposentados e pensionistas do estado que recebem acima do teto do INSS, hoje fixado em R\$ 4.390,24.

Enviadas ao Legislativo na última terça-feira, as propostas do governo não devem encontrar dificuldades para serem aprovadas. Com o apoio da maioria esmagadora dos 54 deputados, Richa enfrentará a resistência apenas dos sete petistas na Casa e, isoladamente, de um ou outro parlamentar. Os líderes do PMDB, Nereu Moura, e do PPS, Tercílio Turini, por exemplo, já adiantaram que se posicionarão contra o aumento de impostos.

Cartórios

Também está na pauta da sessão de hoje da CCJ o projeto do Tribunal de Justiça do Paraná propondo aumento nas custas dos cartórios. Segundo a mensagem, o reajuste no valor de referência de custas — utilizado como base para determinar o custo de cada serviço nos cartórios — será de 6,37% e passará a valer a partir de 1.º de janeiro. O valor base passará de R\$ 0,157 para R\$ 0,167.

R\$ 1,3 BILHÃO

a mais é quanto o governo do Paraná estima que irá arrecadar a partir de 2015 com o tarifaço proposto pelo governador Beto Richa (PSDB) na semana passada. O tucano pretende aumentar a alíquota do IPVA dos atuais 2,5% sobre o valor venal do automóvel para 3,5% a partir do ano que vem. E também pediu que a Assembleia o autorize a aumentar o ICMS cobrado sobre a gasolina (de 28% para 29%) e sobre dezenas de produtos, além de acabar com a isenção tarifária dada pelo governo anterior para 12 itens da cesta básica.

08 DEZ 2014

GAZETA DO POVO

Caminhada contra a corrupção

Cerca de 100 pessoas percorreram cinco quilômetros no Parque Tingui, em Curitiba, na manhã do domingo, durante a 1ª Caminhada contra a Corrupção. A movimentação, apartidária, foi pensada para chamar a atenção de que as "pequenas corrupções" do dia a dia, como furar fila ou falsificar documentos, prejudicam a sociedade e abrem espaço para os crimes do colarinho branco. Organizada pela Controladoria Geral da União (CGU), Ministério Público, Receita Federal e Observatório Social do Brasil, a caminhada marca o Dia Internacional de Combate à Corrupção, comemorado amanhã.

MP vai apurar racismo e estupro na USP de Ribeirão Preto

O Ministério Público de Ribeirão Preto (SP) anunciou abertura de inquérito para investigar as denúncias de racismo, discriminação e violência sexual que envolvem alunos da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo. O promotor Sebastião Sérgio da Silveira contou que a apuração, que ocorre internamente na universidade, também seja realizada pelo MP. Deporão estudantes e outros envolvidos, inclusive, do Diretório Acadêmico da Faculdade de Medicina. A denúncia de racismo partiu de alunos no mês passado que se diziam indignados com o hino da bateria do curso, que usa termos como "preta imunda", "loirinha bunduda" e "morena gostosa".

Querendo agradar

Anda eclética a lista de nomes a quem deputados estaduais querem dar o título de cidadão benemérito do Paraná. A inclusão do juiz federal Sérgio Moro, responsável pelas investigações da Operação Lava Jato, partiu de Plauto Miró (DEM). Já o petista Enio Verri sugeriu o teólogo Luiz Alexandre Solano Rossi. Juntamente com Anibelli Neto (PMDB), Verri também quer dar o título ao Papa Francisco.

06 DEZ 2014

FOLHA DE S. PAULO

Supremo, política e políticos

LUÍS FRANCISCO CARVALHO FILHO

A mais alta corte do país,
que zela pela Constituição,
não merece ser julgado
de pequenas causas

POR QUE deputados e senadores são julgados pelo Supremo Tribunal Federal e não pelos juízes de todos nós?

O ministro Celso de Mello lembra que o foro privilegiado para congressistas não existia, tendo sido instituído pela Constituição de 1969, imposta pela ditadura. Não é um mecanismo relevante para garantir a independência funcional do Legislativo.

Diferentemente da percepção comum, foro privilegiado não é para proteger. É para assegurar, na teoria, julgamentos imunes a pressões políticas e corporativas. Mas os recursos e o habeas corpus existem para corrigir abusos e injustiças cometidos pelos juízes locais.

A cada eleição, processos criminais se deslocam. Reportagem de "O Globo" revela que quase 40% dos parlamentares eleitos em 2014 já são investigados.

Vamos imaginar alguém suspeito de crime grave e de apuração complexa. O personagem se elege deputado estadual e o processo é remetido para o Tribunal de Justiça do Estado. A investigação caminha devagar e, quatro anos depois, ele se elege deputado federal: o processo segue para o STF. Ele é nomeado secretário estadual, o processo retorna para o Tribunal de Justiça. Ele se desincompatibiliza para disputar a eleição: o processo volta para o STF. Elege-se prefeito, o processo vai de novo para o TJ. Se renunciar, o processo é devolvido à primeira instância, onde tudo começou.

A andança é improdutiva: entram em cena novos acusadores e juízes,

decisões são revistas etc.

Aparentemente, a maioria dos casos criminais dos congressistas envolvem acusações corriqueiras, como injúria, imprudência no trânsito, embriaguez ao volante. A mais alta corte do país, que tem o papel de zelar pela Constituição, não merece ser julgado de pequenas causas.

Nas grandes causas, a tendência é a fragmentação. Traumatizado pelo longo percurso do Mensalão, o STF retirou do plenário a competência para julgar parlamentares e promove o desmembramento dos processos. Ao afastar os sem mandato de sua jurisdição, cria o risco de veredictos contraditórios em torno de um mesmo fato. É estranho que corrupto e corruptor sejam julgados em instâncias distintas.

A remoção desse entulho institucional contribuiria para uma Justiça menos errante e mais eficaz, mas depende da vontade de deputados e senadores, réus em potencial.

E por falar no Supremo, a aposentadoria de Joaquim Barbosa foi anunciada em 29 de maio. Desde então, a escolha do substituto está na agenda da presidente Dilma. A saída se concretizou dia 31 de julho e, até agora, nada.

Não há prazo para a nomeação. O STF é composto por 11 ministros. Um cargo não preenchido representa redução de 10% da capacidade de trabalho da corte, dividida em duas turmas. Faz falta.

Por que tanta indecisão e demora? O critério de escolha seria diferente na derrota ou na vitória eleitoral? O nome faz parte agora do xadrez da reforma ministerial? Dilma

quer alguém com alma governista e teme um revés inédito no Senado, que pode recusar a nomeação? Mas a oposição no novo Senado não será, em tese, mais aguerrida?

O escândalo da Petrobras embaralha o cenário e transforma uma decisão rotineira em intrincado quebra-cabeça.

06 DEZ 2014

FOLHA DE S. PAULO

HÉLIO SCHWARTSMAN

Oracismo e a Justiça

SÃO PAULO - Os protestos raciais em várias cidades dos EUA surgiram como consequência de atos judiciais —as decisões de dois “grand juries” de não levar a julgamento policiais brancos que mataram negros—, mas refletem uma dificuldade que o sistema jurídico não está aparelhado para resolver.

Apesar dos avanços institucionais das últimas décadas, os dados demográficos revelam que a raça ainda é um elemento decisivo no destino das pessoas nos EUA. Negros têm piores salários, menos instrução, estão super-representados na população carcerária, nos óbitos violentos e nos incidentes com policiais. É difícil olhar para esses números sem ser assaltado por uma sensação de injustiça.

O problema todo é que o Judiciário não lida com demografia nem com dados agregados, mas com situações particulares. Pior, ele nem sequer dá muita bola para resultados concretos —no caso, a morte de duas pessoas—, priorizando as intenções, isto é, o estado mental dos investigados e réus, e ainda nos instantes anteriores ao desfecho da história.

Nessas circunstâncias, ou seja, abstraindo-se o fato de que as vítimas eram negras e que morreram, é menos surpreendente que os policiais tenham sido liberados. Nossa reação natural é xingar o sistema e sair para protestar, o que é decerto legítimo. Mas, nem que seja apenas pelo amor à reflexão, convém perguntar se o Judiciário poderia operar sob outro paradigma.

O que aconteceria se o sistema fosse 100% consequencialista, isto é, se julgássemos as pessoas só pelos resultados de suas ações? O sujeito que atropela sem querer um pedestre e o mata se tornaria tão culpado quanto o assassino que tira a vida de sua vítima torturando-a. Nesse processo, perderíamos a capacidade de identificar e isolar indivíduos antissociais, que é a própria razão pela qual desenvolvemos sistemas judiciais.

O racismo é um problema que vai muito além do Judiciário.

06 DEZ 2014

FOLHA DE S. PAULO

Violência tem cura?

Ao final deste ano, mais de 55 mil pessoas terão sido assassinadas no Brasil. Jovens do sexo masculino serão a maioria, num padrão que se repete de forma assustadora em toda a América Latina.

Um número cada vez maior de especialistas afirma que a região sofre uma epidemia de violência, e dados compilados pelo Banco Mundial dão poucas opções para quem queira discordar do diagnóstico.

Com 9% da população global, os países latino-americanos respondem por mais de 30% dos homicídios no planeta. Das dez nações que ostentam as maiores taxas de assassinatos por 100 mil habitantes, sete estão nessa parte do mundo, que ainda agrupa 42 das 50 cidades mais violentas.

A despeito da melhoria generalizada nos indicadores econômicos, as estatísticas de criminalidade se mantiveram elevadíssimas ao longo das últimas décadas. Por razões pouco conhecidas, casos de sucesso na redução de homicídios — Bogotá e São Paulo, por exemplo — não se replicam nem nos próprios territórios nacionais.

O Brasil segue o mesmo modelo de insegurança. Convive, desde meados da década de 1990, com algo entre 25 e 29 assassinatos por 100 mil habitantes, enquanto países desenvolvidos habituaram-se

a patamares abaixo de 5/100 mil.

Diante desse cenário, Andrés Vilaveces, especialista em prevenção à violência ligado ao Banco Mundial, defende uma abordagem epidemiológica para o problema. Em entrevista publicada no site da entidade, ele sugere estratégias a serem implementadas em diversos níveis, do nacional ao individual, passando pelo estadual, municipal, comunitário, escolar e doméstico.

O conselho merece ser levado em consideração no Brasil. Se a administração federal e os governos estaduais fracassam nas tentativas de levar os índices de assassinatos para perto dos padrões civilizados, surgem iniciativas pontuais que, ao menos num plano restrito, mostram-se bem-sucedidas.

Dez desses bons exemplos foram observados e registrados pelos integrantes da 58ª turma do Programa de Treinamento em Jornalismo Diário desta Folha, que se perguntaram se violência tem cura.

Veiculado na última segunda-feira (dia 1º), o projeto multimídia (folha.com/violenciatemcura) traz relatos sobre ações originais desenvolvidas em oito Estados brasileiros. Merecem ser estudadas com cuidado e reproduzidas sempre que possível. O país não pode se conformar com os atuais níveis de violência. Eles são obscenos.

06 DEZ 2014

FOLHA DE S. PAULO

Indício de fraude vai além da estatal, diz juiz

Em decisão emitida nesta semana, Moro cita uma 'perturbadora' tabela de 747 obras apreendida com doleiro preso

Para a PF, documento fortalece a hipótese de 'um grupo criminoso voltado a fraudar licitações' no país

DE CURITIBA

DO ENVIADO ESPECIAL A CURITIBA

As evidências recolhidas durante as investigações sobre a Petrobras sugerem que o esquema de fraudes em licitações "vai muito além" da estatal, afirmou o juiz federal Sergio Moro, que conduz as investigações da Operação Lava Jato.

Em decisão emitida nesta semana, Moro mencionou uma "perturbadora" tabela apreendida em março com o doleiro e delator Alberto Youssef. O documento, que estava na casa do doleiro, lista cerca de 750 obras de infraestrutura com órgãos públicos e privados, em nível federal, estadual e municipal, espalhadas por todo o país.

Em relatório sobre o documento, a Polícia Federal sustenta que "Youssef tinha um interesse especial nos contratos dessas empresas, onde de alguma forma atuava na intermediação".

Para a PF, a tabela fortalece a hipótese de "um grupo criminoso voltado a fraudar licitações, lavar dinheiro público e traficar influência em contratos da administração pública com grandes empresas" em todo o país.

Moro ressaltou que a investigação ainda deve ser aprofundada, mas que "é perturbadora a apreensão desta tabela nas mãos de Youssef, su-

gerindo que o esquema criminoso de fraude à licitação, sobrepreço e propina vai muito além da Petrobras".

Os comentários de Moro foram usados para rejeitar o pedido de revogação da prisão preventiva de Gerson de Mello Almada, vice-presidente da empresa Engevix, que está naarceragem da Polícia Federal em Curitiba, junto com outras 12 pessoas.

Segundo Moro, grande parte do esquema criminoso ainda está encoberto e, por isso, "a prisão preventiva se impõe a bem da ordem pública, para interromper e prevenir a continuidade da prática de crimes graves".

A tabela citada pelo juiz tem 34 páginas e 747 obras, com os respectivos clientes (nesse caso, as empreiteiras) e valores de propostas, que chegam a R\$ 500 milhões.

A maioria dos projetos listados é da Petrobras, mas também são mencionados o Rodoanel paulista, o metrô de São Paulo, a ampliação e reforma dos aeroportos de Confins e Manaus, os portos de Suape (PE) e Paranaguá (PR) e obras do DNOCS (Departamento Nacional de Obras contra Secas).

Projetos de órgãos estaduais e municipais também aparecem na lista.

Youssef demonstra ter forte atuação nas áreas de gás e saneamento. Na planilha, estão obras de companhias de gás da Bahia, Ceará, Paraíba e Sergipe, e de saneamento do Rio de Janeiro, Goiás, Alagoas e Maranhão.

Prefeituras como as de Maceió e Barueri também estão na lista. Esta última aparece em uma proposta feita à OAS para a construção do estádio municipal Arena Barueri.

Há projetos internacionais, no Uruguai, Colômbia e Argentina e outros de grandes empresas privadas.

A análise inicial da PF aponta que os contratos de Youssef com as empreiteiras listadas na planilha foram feitos via Sanko Sider.

A Sanko é a maior fornecedora de tubos da Petrobras, e é suspeita de intermediar pagamentos de propina.

A empresa nega irregularidades em negócios com a estatal. (ESTELITA HASS CARAZZAI E FABIANO M'AISSONNAVE)

06 DEZ 2014

FOLHA DE S. PAULO

OAS depositou R\$19 mi em firmas de Youssef

MARIO CESAR CARVALHO
DE SÃO PAULO
RUBENS VALENTE
DE BRASÍLIA

Empresas do grupo OAS fizeram depósitos que somam R\$ 19 milhões em firmas de fachada do doleiro Alberto Youssef, segundo cálculos da Folha a partir de relatório da Polícia Federal.

O próprio doleiro já disse em depoimento à Justiça Federal que, como suas empresas não tinham existência real, os valores nelas depositados visavam o pagamento de suborno para políticos e funcionários públicos.

Os pagamentos ocorreram em um período de três anos e meio, entre junho de 2010 e dezembro de 2013.

A OAS é a empreiteira investigada na Operação Lava Jato que tem mais executivos presos pela Polícia Federal: são quatro entre os 11 que estão na custódia da Polícia Federal em Curitiba, entre os quais o presidente da companhia, José Aldemário Pinheiro Filho, conhecido como Léo Pinheiro.

Os executivos foram presos sob acusação de pagar suborno para obter contratos na Petrobras. A construtora OAS e os consórcios dos quais ela faz parte têm contratos com a estatal de R\$ 10,1 bilhões e US\$ 48,1 milhões (R\$ 125 milhões), segundo o relatório da polícia.

CONSULTORIA SIMULADA

Os repasses eram feitos por meio de contratos simulados de prestação de serviços, de acordo com a interpretação da Polícia Federal.

Há contratos de consultoria para implantação de software sem especificar o tipo de programa a ser desenvolvido, de consultoria fiscal e tribu-



O doleiro Alberto Youssef, preso na Operação Lava Jato

tária, de prospecção de mercado no interior de São Paulo e até para implantar um shopping center em Maceió.

Sobre o projeto do shopping, o relatório da polícia diz que, apesar de a OAS ter um "corpo técnico especializado em elaboração de projetos de construção", a empreiteira "terceirizou os serviços deste projeto para uma empresa que sequer possui quadro de funcionários".

A OAS usou várias empresas do grupo para fazer os repasses ao doleiros, entre as quais a construtora, a Coesa Engenharia, o consórcio Sehab, que atuou na urbanização de favelas da gestão do prefeito Gilberto Kassab na Prefeitura de São Paulo.

O consórcio era formado pela OAS e Constran, cujo presidente, Ricardo Pessoa, também está preso.

Youssef recebeu os pagamentos por meio da MO Consultoria, Empreiteira Ridigez e RCI Software e Hardware.

Um dos pagamentos, de US\$ 4,8 milhões em 2012, foi feito na Suíça numa conta controlada pelo doleiro. O montante pago no Brasil, de R\$ 9,15 milhões, supera em R\$ 2,45 milhões o valor que a PF havia calculado num laudo. A razão da diferença é que o relatório atual foi feito com base em notas fiscais e contratos apreendidos na OAS.

OUTRO LADO

Procurada pela Folha, a OAS não quis se pronunciar sobre o relatório da PF.

A Constran disse em nota que não faz mais parte do consórcio Sehab e que a OAS, como líder da sociedade, tinha o poder de tomar "todas as decisões".

06 DEZ 2014

FOLHA DE S. PAULO

Sem uso, cadeira de Joaquim Barbosa é deixada na sala de fisioterapia do STF

SEVERINO MOTTA
DE BRASÍLIA

Uma espreguiçadeira com massagador elétrico, estofamento em couro marrom, detalhes em madeira e acabamento em aço inox escovado tem chamado a atenção de servidores que frequentam a sala de fisioterapia do STF (Supremo Tribunal Federal).

O móvel é velho conhecido dos ministros da corte, que conviveram com ele no cafezinho que fica atrás do plenário e viram, por diversas vezes, seu então dono, o ex-presidente do STF Joaquim Barbosa, usá-la nos intervalos do julgamento do mensalão para aliviar as dores nas costas.

Comprada em 2009 com dispensa de licitação, a pedido do gabinete de Barbosa, a espreguiçadeira custou R\$ 5.900 — cerca de R\$ 7.800 hoje. Segundo o catálogo da loja que a produz, ela personaliza posições para um melhor descanso e é perfeita para assistir a TV, ler ou relaxar.

Na gestão de Barbosa a espreguiçadeira subia e descia do cafezinho para uma espécie de sala montada no gabinete da presidência, onde Barbosa era atendido por fisioterapeutas para aliviar as dores nas costas. No local, além do aparelho, havia televisões para que o ministro acompanhasse as sessões.

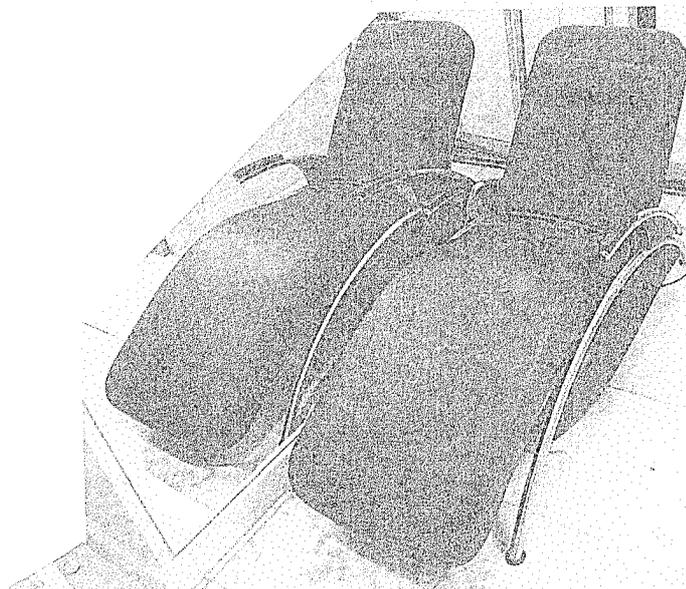
Com a aposentadoria de Barbosa, a sala foi desmontada, e a cadeira foi enviada para a sala de fisioterapia da corte. Segundo fisioterapeutas ouvidos pela reportagem, o equipamento não é considerado uma peça específica

para tratamentos de saúde.

Questionada sobre a compra e uso da espreguiçadeira, a assessoria do STF disse que ela foi adquirida a pedido do ex-ministro e que hoje pode ser utilizada pelos servidores.

“A compra do referido item obedeceu às exigências legais e foi efetuada, em 2009, para atender a uma demanda específica do ministro Joaquim Barbosa. Após a aposentadoria de sua excelência, o item foi enviado à unidade de fisioterapia do tribunal para uso coletivo”, diz o tribunal.

Na fisioterapia, a cadeira não propicia relaxamento aos servidores: como não faz parte dos tratamentos, está abandonada num canto, atrapalhando quem circula por ali.



A cadeira com massagador elétrico usada por Barbosa

06 DEZ 2014

FOLHA DE S. PAULO

Supremo adia decisão sobre ação da Folha contra Senado

Cinco ministros já votaram a favor da liberação das notas fiscais da Casa

Após cinco ministros do STF (Supremo Tribunal Federal) terem sido favoráveis à liberação de notas fiscais de gastos do Senado para a Folha na quarta passada (3), o presidente da corte, Ricardo Lewandowski, pediu mais tempo para analisar o processo e adiou o julgamento.

O caso corre na Justiça desde 2009. A Folha tenta obter acesso a notas que justificam os gastos dos senadores com a chamada verba indenizatória, um recurso público para custear despesas relacionadas ao exercício do mandato.

O pedido se concentra nos quatro últimos meses de 2008, já que a partir de 2009 o Senado passou a disponibilizar as notas. Alegando violação à intimidade dos senadores, o Senado se nega a fornecer as notas de 2008.

O relator do processo, ministro Luís Roberto Barroso, defendeu a transparência como valor fundamental do Estado de Direito e determinou que o Senado permita que a Folha tire cópia dos gastos. Com ele votaram Teori Zavascki, Rosa Weber, Cármen Lúcia e Marco Aurélio.

Lewandowski ponderou que o fornecimento de cópias das notas poderia representar um gasto muito alto e pediu mais tempo para refletir. Informado pela advogada da Folha, Taís Gasparian, de que o custo das cópias seria de responsabilidade do jornal, Lewandowski disse que, apesar de estar correndo desde 2009, o caso não é urgente.

Governador de RR volta ao cargo após decisão do TSE

DE SÃO PAULO - O governador de Roraima, Francisco de Assis Rodrigues (PSB), ficará no cargo até o julgamento do recurso apresentado pelo político contra a cassação do seu mandato pelo Tribunal Regional Eleitoral de Roraima (TRE-RR).

A decisão do ministro do Tribunal Superior Eleitoral, Admar Gonzaga, foi tomada após análise do pedido de liminar em ação cautelar apresentada pelo governador cassado.

O mandato de Rodrigues foi cassado pelo TRE de Roraima em 5 de novembro, sob o argumento de que houve "gastos ilícitos na campanha de 2010". Rodrigues assumiu o governo depois que José de Anchieta, eleito em 2010, renunciou para concorrer ao Senado neste ano. O advogado de Rodrigues sustenta que camisetas amarelas entregues aos filiados não continham inscrição, número ou propaganda eleitoral.

06 DEZ 2014

FOLHA DE S. PAULO

Eike tenta tirar juiz de ação penal de que é alvo

Imparcialidade é foco de questionamento

Os advogados de Eike Batista iniciaram nesta sexta-feira (5) um procedimento para tirar o juiz Flávio Roberto de Souza da ação envolvendo o empresário por crimes contra o mercado financeiro.

Conhecido juridicamente como “arguição de suspeição”, o mecanismo tem seu uso previsto quando uma parte envolvida em julgamentos questiona a imparcialidade dos juízes.

Segundo advogados de Eike, o principal motivo foram as declarações de Souza depois da primeira audiência do caso, quando ele classificou o caso de “emblemático”.

Eles argumentam que Souza deu entrevistas sobre quantos anos de prisão Eike Batista deveria cumprir se condenado, o que significaria que já “firmara convicção sobre a dosimetria da pena”.

O juiz Flávio Roberto de Souza tem três dias para se manifestar. Procurado, disse que não vai se declarar suspeito. Assim, o caso vai para análise do Tribunal Regional Federal (segunda instância).

Eike Batista é acusado manipulação de mercado. Ele nega. A ação tem como base a denúncia do Ministério Público Federal no Rio em setembro, segundo a qual o empresário teria vendido ações da petroleira OGX em 2013 antes da divulgação de notícias negativas. (SAMANTHA LIMA)

07 DEZ 2014

FOLHA DE S. PAULO

Márcio Thomaz Bastos

CELSO VILARDI

A advocacia brasileira perdeu sua maior referência e o país, uma de suas melhores cabeças. O legado de Márcio Thomaz Bastos constará da história

Em 1988, quando eu ainda era um estagiário do Ministério Público do 1º Tribunal do Júri, deu-se uma grande agitação na sala dos promotores na hora do almoço.

O então promotor Saulo de Castro Abreu Filho iria enfrentar Márcio Thomaz Bastos em instantes. “Vou enfrentar o melhor”, disse o promotor. Há 25 anos, portanto, já era considerado um expoente da advocacia criminal. Naquela época, os criminalistas tinham destaque em casos de homicídio e pouquíssimos alunos interessavam-se pela área.

Logo começaram a ocorrer os primeiros processos relacionados ao sistema financeiro nacional. Márcio esteve em todos os casos importantes e seu prestígio só aumentou, fazendo crescer, de igual forma, o prestígio da profissão. Foi o grande responsável pela mudança de patamar da advocacia criminal, que hoje é uma das áreas de destaque, atraindo dezenas de estudantes.

Respeitado por todos os seus colegas e reconhecido como o melhor, MTB (como gostava de ser referido) teve participação ativa nos momentos importantes de nossa história recente: após presidir a OAB de São Paulo, assumiu a presidência nacional da OAB e teve participação ativa na Constituinte, lutando, como sempre, pelas garantias do cidadão.

Depois foi personagem de destaque no impeachment de Collor. Ligado ao PT, foi conselheiro dos mais importantes líderes do partido, mas sempre foi respeitado e consultado pelos principais nomes de outros

partidos. Todos queriam ouvi-lo.

Era fanático por trabalho. Dizia que cancelava qualquer coisa em nome da aflição de um cliente. Atendia aos sábados, aos domingos, à noite; trabalhava dez horas por dia, inclusive nos últimos anos. Procurado, costuma aceitar todas as causas.

Certa feita, foi procurado para assumir a defesa de um caso rumoroso, cujo acusado estava sendo executado pela mídia. Ponderei se era o caso de assumir tamanha batalha naquela altura da vida: “As pessoas têm confundido o advogado com o acusado, o que afeta diretamente o direito de defesa. Se há alguém que tem que assumir sou eu, porque aguento a pancadaria”. Aguentou.

Convidado pelo presidente Lula, assumiu o Ministério da Justiça. Foi um dos melhores ministros da história. Idealizador da reforma do Judiciário, foi o grande responsável pela criação do CNJ, a Secretaria de Direito Econômico e o Cade passaram a agir com nunca, organizou e qualificou a Polícia Federal.

Foi criticado pelos advogados quando veio a primeira onda de operações da PF, trazendo com ela alguns excessos por causa de certa imaturidade. O que estava acontecendo é que um dos melhores ad-

vogados do país havia colocado toda sua capacidade à disposição do Estado. O resultado é que ficou mais difícil advogar e o adversário que era frágil, passou a ser forte.

Foi um dos fundadores do Instituto de Defesa do Direito de Defesa, que ajuda centenas de pessoas humildes por meio de diversos projetos. Por um capricho da história, morreu no dia da Consciência Negra, após ter defendido com êxito no Supremo a política de cotas raciais nas universidades públicas.

Não bastasse, tinha uma intuição incrível, inclusive para escolher as pessoas que com ele trabalharam. A maioria de seus estagiários hoje brilha na advocacia. Quando esteve no Ministério, formou uma nova equipe, composta por jovens que, agora, ocupam cargos de destaque.

Apesar de ser seu admirador, só o conheci em 2007. Tornamo-nos amigos apesar da diferença de idade. Foi meu maior parceiro e convivi com um homem brilhante. Fará falta para uma nova geração de advogados; tinha uma atenção especial com os mais jovens, aconselhava com uma humildade incrível.

A advocacia perde sua maior referência e o Brasil, uma das suas melhores cabeças. Não é possível substituí-lo, mas é plenamente possível constatar que sua passagem na Terra não foi em vão. Deixou marcas que não serão esquecidas. Seu legado constará da história.

CELSO SANCHEZ VILARDI, 47, advogado criminalista, é mestre em direito processual penal pela PUC-SP e professor da FGV Direito SP

07 DEZ 2014

FOLHA DE S. PAULO

Janot defende atuação da Procuradoria na Lava Jato

Chefe do Ministério Público reagiu a reportagem sobre sua atuação no caso

Em mensagem interna ao órgão, procurador rejeita a possibilidade de avalizar acordo que resulte em impunidade

DE SÃO PAULO

O procurador-geral da república, Rodrigo Janot, divulgou neste sábado (6) nota pública e mensagem interna aos membros do Ministério Público Federal para defender a atuação do órgão na Operação Lava Jato, que apura o escândalo da Petrobras.

Na nota, Janot disse que não permitirá que “prosperem tentativas de desacreditar as investigações e os membros da instituição”, respondendo a “recentes notícias veiculadas na imprensa”.

Em sua última edição, a revista “IstoÉ” publicou reportagem na qual relata reuniões realizadas por Janot com advogados das empreiteiras acusadas de formar cartel e pagar propina em troca de contratos com a Petrobras.

Em encontros realizados ao longo dos últimos sete meses, Janot vem tentando costurar um acordo com as empresas que, segundo a revis-

ta, acabaria por impedir que as investigações atinjam a presidente Dilma Rousseff e o ex-presidente Lula.

Ainda segundo a “IstoÉ”, a proteção aos petistas seria um “efeito colateral” decorrente dos termos do acordo que a Procuradoria tem oferecido às empreiteiras.

Em um e-mail encaminhado à rede interna do Ministério Público Federal que inclui todos os procuradores, Janot afirmou que jamais aceitará “qualquer acordo que implique exclusão de condutas criminosas ou impunidade de qualquer delinquente”.

Janot também disse estar “indignado” com “ataques injustos” que vem sofrendo da imprensa “possivelmente instrumentalizada”. Ele não citou nenhum veículo.

Segundo o procurador, o Ministério Público Federal se colocou desde o primeiro momento como o “primeiro combatente” da corrupção que se “alastrou na gestão da Petrobras” e que compõe o “maior escândalo de corrupção da nossa história”.

O chefe do Ministério Público afirmou ainda que fará “o que for necessário para a punição de todos os envolvidos” no escândalo.

08 DEZ 2014

FOLHA DE S. PAULO

A prisão como pressão

MIGUEL REALE JÚNIOR

Transformar a prisão, sem culpa reconhecida na sentença, em instrumento para forçar a delação é uma proposta que repugna ao Estado de Direito

Em artigo publicado em Tendências/Debates ("A ética do crime do colarinho-branco", 3/12), dois procuradores da República defenderam o instituto da delação —ou colaboração— premiada por visar à punição dos culpados e ao ressarcimento dos danos, mas também por interessar à própria defesa na tentativa de minimizar as consequências do processo.

Dizem, então, os procuradores da República que a legitimação da delação está na obediência do devido processo legal, ou seja, no respeito aos ditames legais, a todas as garantias de um processo regular e justo.

Em parecer ofertado em dois habeas corpus, interpostos por presos na Operação Lava Jato, o ilustre procurador Manoel Pastana defendeu a manutenção da prisão preventiva. O procurador a defendeu por entender que a segregação cautelar tem a importante função de convencer os infratores a colaborar com o desvendamento dos ilícitos penais, havendo a possibilidade de os influenciar na vontade de colaborar na apuração de responsabilidade.

A prisão antes da sentença condenatória, todavia, é medida excepcional, cabível apenas em vista do interesse de preservação da prova, da considerável probabilidade de reiteração delituosa ou de fuga do investigado. Só é de se admitir a prisão preventiva quando a liberdade do investigado constitua um perigo para o processo, um risco para a apuração dos fatos e para a garantia de aplicação futura da lei penal.

Transformar a prisão, sem culpa reconhecida na sentença, em instrumento de constrangimento para forçar a delação é uma proposta que repugna ao Estado de Direito: ou o

acusado confessa e entrega seus cúmplices, ou permanece preso à espera do julgamento, com a possibilidade de condenação, mas passível de uma grande redução da pena se colaborar com as investigações.

Evidentemente, não se compadece como o regime democrático que o Estado valha-se do uso da violência para extrair confissões.

Em manifesto à nação, o Conselho Federal da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) asseverou, na terça-feira (2), "ser inadmissível que prisões provisórias se justifiquem para forçar a confissão de acusados", sendo imprescindível o respeito ao devido processo legal e à presunção de inocência.

Além do aspecto moralmente negativo e da afronta à integridade psíquica e física do investigado, essa finalidade outorgada à segregação cautelar desrespeita o devido processo legal, exigência posta tanto pelos procuradores da República como pela OAB. Com efeito, no artigo 4º da Lei de Organização Criminosa se estabelece que na delação o indiciado deve ter colaborado efetiva e voluntariamente com a investigação e com o processo criminal.

Assim, é condição da delação a voluntariedade, sendo a prisão, como meio de pressão para confessar, o inverso da exigência de ser voluntária a delação, pois só há voluntariedade quando não se é coagido moral ou fisicamente.

A delação há de ser voluntária, pouco importando se os motivos determinantes consistem em efetivo arrependimento face aos delitos cometidos ou em interesse desonesto, como o de Silvério dos Reis que delatou a Inconfidência Mineira em troca do perdão das dívidas fiscais e do recebimento de honrarias.

A delação pode ser de interesse da defesa, mas deve, antes de tudo, ser voluntária. Isso não sucede com a que é conquistada por via da imposição de uma prisão injusta e desnecessária se ditada apenas pelo objetivo de se obter uma confissão. A prisão para delatar desfigura a delação.

A luta contra o cancro da corrupção não legitima que se recorra ao veneno do arbítrio e se passe por cima dos princípios constitucionais informativos do processo penal, como assinala o manifesto da OAB.

MIGUEL REALE JÚNIOR, 70, é advogado, escritor, professor titular de direito penal da Universidade de São Paulo. Foi ministro da Justiça (governo FHC)

FOLHA DE S. PAULO

MÔNICA BERGAMO

O PRESO ACUSA

08 DEZ 2014

O STF (Supremo Tribunal Federal) discute se um condenado mantido em estabelecimento prisional superlotado e sem as mínimas condições de higiene deve ser indenizado por danos morais.

ANORMAL SOFRIMENTO

O caso de Anderson Nunes da Silva, condenado a 20 anos de prisão por latrocínio e recolhido no sistema penitenciário de Corumbá (MS), pode servir de exemplo para outros milhares de detentos no país. Silva alega que as condições da prisão causaram a ele “anormal sofrimento configurador de dano moral indenizável”.

ULTRAJE OFICIAL

O ministro Teori Zavaski, relator do caso, já votou pelo pagamento da indenização, de R\$ 2.000. Ele reconhece que a situação “lesou direitos fundamentais de dignidade, intimidade, higidez física e integridade psíquica” do preso. E que detentos cumprem pena “em condições não só juridicamente ilegítimas, mas humanamente ultrajantes”.

QUESTÃO FINANCEIRA

O Estado do Mato Grosso do Sul, apoiado pela AGU (Advocacia-Geral da União), alegou insuficiência de recursos. Declarou ainda que a multiplicação de sentenças favoráveis a presos pode “comprometer as finanças” do Estado. Ao antecipar o voto, o ministro Gilmar Mendes afirmou que é preciso “encontrar formas de obrigar o poder público a agir”. Lembrou que o país tem 350 mil vagas em presídios que abrigam 550 mil pessoas.

PAINEL

Pode? Ministros do STF ficaram surpresos com a decisão do presidente Ricardo Lewandowski de redistribuir para Luiz Fux o pedido de liminar que permitiu a Luiz Zveiter disputar a reeleição para a presidência do Tribunal de justiça do Rio. Fux foi colega de Zveiter no tribunal.

Alhos e bugalhos Para os magistrados, a decisão de Lewandowski, que tirou o mandado de segurança da ministra Cármen Lúcia e o passou a Fux alegando que ele já era o relator de reclamação referente à eleição no TJ-RS, não tem fundamento.

06 DEZ 2014

O ESTADO DE S. PAULO

Penalidades. Senado apresenta na próxima semana uma proposta de mudanças na legislação que endurece as punições a servidores públicos e políticos que cometem desvios na administração; projeto também prevê sanções a empresas que participam de acertos

Reforma do Código Penal aperta cerco à corrupção e transforma caixa 2 em crime

Ricardo Brito / BRASÍLIA

No momento em que a Petrobrás passa pelo maior escândalo da sua história, envolvendo as maiores construtoras brasileiras e com a possibilidade de atingir dezenas de políticos, o Senado apresentará na próxima semana uma proposta de novo Código Penal que endurece as penalidades para quem comete desvios.

O texto eleva a pena pelos crimes de corrupção e desvio de dinheiro público, e pune com prisão quem comete caixa 2 e o servidor ou político que se enriquece ilícitamente. Também prevê sanções severas, até mesmo com a dissolução, de empresas que tenham cometido crimes contra a administração pública.

A minuta do novo Código Penal, obtida pelo Estado, prevê que os crimes de corrupção ativa e corrupção passiva tenham uma pena mínima elevada de dois para quatro anos de prisão e a máxima, permanecendo em 12 anos. Essa mudança tem por objetivo impedir que o condenado pelos crime tenha direito ao benefício a se livrar de uma punição mais efetiva, pois terão obri-

gatoriamente de começar a cumprir pena em regime semiaberto. Isto é, podem trabalhar fora e dormir na cadeia. Pelo regime atual, o condenado a pena mínima pode, por exemplo, prestar serviços para a comunidade.

O projeto também propõe que a pena pelo crime de peculato (*crime praticado pelo funcionário público contra a administração*), terá a mesma punição que a de corrupção. O texto será apresentado na quarta-feira pelo relator da proposta, senador Vital do Rêgo (PMDB-PB), na Comissão de Constituição e Justiça do Senado. A intenção é votar a proposta no colegiado na semana seguinte, dia 17 (*mais informações abaixo*).

Tabus. O texto, entretanto, não mexe em temas tabus, como na legislação que trata do aborto, da eutanásia e do tráfico de drogas. O consumo de drogas continua sendo crime, mas a aplicação de penas alternativas só vai ocorrer se o uso for “ostensivo”, uma solução que não havia na versão apresentada pela comissão de senadores, comandada por Pedro Taques (PDT-MT).

“Esse é o Código Penal do equilíbrio”, resume o relator.

O texto de Vital é a terceira versão da reforma e tenta chegar a um meio termo entre a proposta progressista da comissão de juristas – uma versão inicial, que, por exemplo, propunha, em alguns casos, descriminalizar o aborto – e uma mais repressiva, da comissão de senadores. A proposta resulta de três anos de trabalhos de todas as comissões e de Vital se debruçando sobre a modernização do atual código, que no domingo completa 74 anos.

Hediondos. Segundo a proposta, a corrupção e o peculato entram na nova lista dos crimes hediondos, isto é, tornam-se crimes inafiançáveis e não passíveis de serem perdoados pela Justiça, tendo regimes de cumprimento de pena mais rigoroso que os demais crimes.

Introduz a figura do crime de enriquecimento ilícito do servidor público, uma das promessas da presidente Dilma Rousseff nas eleições e inexistente na atual legislação. O delito é punido com pena de dois a cinco anos de prisão, além do confisco dos bens.

CONTINUA

A proposta também cumpre outra promessa eleitoral de Dilma, que prevê pena de prisão de dois a cinco anos para quem for condenado por caixa 2. Atualmente, a prática é punível apenas com a desaprovação das contas do partido ou candidato.

O texto ainda prevê aumento generalizado de penas para crimes como compra e venda de votos e lavagem de dinheiro. Prevê também punições para empresas que cometem crimes contra a administração pública.

PROPOSTAS DO NOVO TEXTO

	Como é	Como fica		
Corrupção e peculato (desvio de dinheiro público)	Pena mínima para os crimes é de 2 anos e a máxima, de 12 anos.	Pena mínima sobe para 4 anos e a máxima não muda.	Tráfico de drogas	É punido com pena de 5 a 15 anos de prisão, além de multa. Punição atual para quem financia o tráfico de drogas é de 8 a 20 anos de prisão. O crime é punido com a mesma pena de hoje, mas a punição de quem financia o tráfico cai para 8 a 16 anos de prisão.
Enriquecimento ilícito	Não é previsto no atual Código Penal.	Pena é de 2 a 5 anos de prisão.	Uso de drogas	Atualmente é considerado crime, mas sujeito à aplicação de penas alternativas. Penas alternativas são aplicadas apenas quando ocorrer o "uso ostensivo".
Lavagem de dinheiro	Pena mínima para o crime é de 3 anos e a máxima, de 10 anos.	Mantém a pena mínima; máxima sobe para 18 anos.	Aborto	Pena vai de 1 a 3 anos de prisão, à exceção de casos específicos. Não há mudança em relação à atual legislação.
Progressão de regime	Benefício é concedido após condenado cumprir um sexto da pena.	Condenado tem de cumprir um quarto da pena.	Terrorismo	Pena de 3 a 10 anos de prisão. Pena é de 8 a 15 anos de prisão.
Caixa 2 eleitoral	Prática é punida com a desaprovação das contas do partido.	A prática passa a ser punida com 2 a 5 anos de prisão.	Ortotanásia e eutanásia	Ortotanásia não tem sido tratada como crime desde que seguidos os parâmetros do Conselho Federal de Medicina. Prática da eutanásia é considerada crime de homicídio. Ortotanásia não é crime desde que haja consentimento do paciente e da família e avaliação médica. Eutanásia continua sendo crime de homicídio.
Compra de votos	A pena pela compra e venda de votos, atualmente de até 4 anos de prisão.	Punição é de 2 a 5 anos de prisão, enquanto a venda, com 1 a 4 anos.		
Crimes hediondos	O rol dos tipos penais de crimes hediondos e equiparados a ele contém 11 classificações.	Lista de tipos enquadrados sobe para 18 e inclui corrupção e peculato.		
Responsabilidade de empresas	Atualmente, as responsabilizações de empresas estão contidas em outras leis setoriais. O Código Penal apenas pune pessoas físicas.	A reforma cria a punição das pessoas jurídicas para crimes contra administração pública e ordem econômico-financeira.		
Cartel	Punição é de 2 a 5 anos, além de multa.	Pena sobe para 3 a 8 anos de prisão.		
Delação premiada	Prevê a "colaboração com a Justiça".	Mantém o que já é adotado hoje.		
Homicídio	Pena é de 6 a 20 anos de prisão.	Pena sobe para 8 a 20 anos.		

CONTINUA

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

ANÁLISE: *Fernando Castelo Branco*

A distância entre criminalizar e punir uma conduta

06 DEZ 2014

Não é de hoje que se discute no Brasil a necessidade de criminalização do chamado caixa 2 utilizado em campanhas eleitorais.

Trata-se da hipótese em que o candidato ou partido se vale de doações não declaradas, cuja origem ou forma são ilícitas.

O Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a presidente Dilma Rousseff manifestaram-se nesse sentido no ano passado, na esteira dos protestos que tomaram o País em junho.

Também em decorrência das manifestações, o projeto de reforma do Código Penal incluiu desde o relatório apresentado em dezembro de 2013, na comissão especial que analisou o anteprojeto elaborado por juristas da área, a proposta de criação do crime de “doação eleitoral ilegal”, com pena de 2 a 5 anos de reclusão.

Em paralelo a essa tentativa de se evitar o caixa 2 nas disputas eleitorais, o Supremo Tribunal Federal sinaliza em julgamento não concluído que a doação de recursos por pessoas jurídicas a campanhas é inconstitucional – a maioria dos ministros votou nesse sentido, mas a análise foi interrompida por um pedido de vistas. Pretende-se com isso conter a influência do poder econômico na disputa eleitoral – e posteriormente, na atuação dos eleitos, seja ao Executivo, seja ao Legislativo.

É estranho que uma prática tão disseminada em nossa sociedade como o caixa 2 ainda não conte com criminalização específica. Atualmente, quem declara indevidamente ou deixa de declarar a fonte de recursos na prestação de contas apresentada à Justiça Eleitoral comete o crime de falsidade ideológica, com pena de 1 a 3 anos de prisão.

A simples criação de novas leis pode, num primeiro instante, aplacar a angústia social. No entanto, a experiência demonstra que o mero endurecimento das penas, sem a sua efetiva e correta aplicação, não são suficientes para solucionar os graves desafios que enfrentamos em matéria de criminalidade.

Como já ensinava Beccaria, há mais de dois séculos, em sua clássica obra *Dos delitos e das penas*, a forma mais eficaz para evitar o crime é a certeza do castigo, capaz de inibir os impulsos criminosos.



07 DEZ 2014

O ESTADO DE S. PAULO

O papel dos corruptos

O juiz federal Sérgio Moro, um dos responsáveis pela Operação Lava Jato, procurou ser o mais didático possível ao explicar por que não se pode tratar como vítimas os executivos de empreiteiras acusados de envolvimento no escândalo de corrupção na Petrobrás. Em despacho, ele escreveu: “Quem é vítima de concussão procura a polícia, não as sombras”.

Assim como Moro, a maioria dos brasileiros, que levam sua vida honestamente, considera que o caminho do crime não é uma fatalidade -- assim, quem resolve trilhá-lo o faz de forma consciente e deve assumir as consequências de sua escolha. Mas os advogados dos empresários suspeitos querem fazer crer que eles não tinham outra opção senão acumular-se com os funcionários corruptos da Petrobrás e com os parlamentares que se beneficiaram do esquema. É uma forma de livrar-se de uma responsabilidade que, a esta altura, começa a se tornar evidente.

Tal argumento foi utilizado recentemente de forma explícita pela defesa do lobista Fernando Soares, vulgo “Baiano”, acusado de intermediar o pagamento de propinas por parte de empresas interessadas em negócios com a Petrobrás. Seu advogado, Mário de Oliveira Filho, disse que a corrupção é de tal forma generalizada na estrutura do Estado que os empresários são quase obrigados a subornar políticos e funcionários públicos se quiserem obter contratos: “Se não fizer acerto, não coloca um paralelepípedo no chão”.

Sem a mesma clareza, mas com idênticos propósitos, os advogados de executivos das empreiteiras Mendes Júnior e Galvão Engenharia que estão presos querem fazer a Justiça acreditar que seus clientes não tinham alternativa. Ao pedir a revogação da prisão de Sérgio Cunha Mendes, vice-presidente da Mendes Júnior, sua defesa argumentou que o

executivo sofreu “extorsão” por parte do então diretor de Abastecimento da Petrobrás, Paulo Roberto Costa – que teria ameaçado excluir a empresa de licitações futuras e mesmo suspender pagamentos por serviços já prestados. A esse crime se dá o nome de concussão – quando um funcionário público faz uso de seu cargo para exigir de terceiros dinheiro ou vantagens.

Em depoimento à Polícia Federal (PF), Mendes admitiu ter pago cerca de R\$ 8 milhões em propinas para satisfazer as exigências de Costa e do doleiro Alberto Youssef em relação às obras da Refinaria Getúlio Vargas (Repar), no Paraná. Já a Galvão Engenharia informou à PF que pagou um total de R\$ 12,8 milhões – parte dos quais pode ser comprovada por notas fiscais de “prestação de serviços”.

Segundo o advogado de Mendes, sua confissão – além do compromisso de oferecer os livros contábeis aos investigadores, de parar de doar dinheiro a partidos políticos e de deixar de participar de cartéis que direcionem licitações – seria suficiente para demonstrar a disposição do executivo em colaborar, o que justificaria o abrandamento da prisão.

O juiz Moro, porém, não entendeu dessa forma. Ele explicou que a concussão costuma ser “fruto de exigência legal momentânea” – quando, por exemplo, um fiscal cobra propina para não realizar uma autuação. Em situações assim, disse o magistrado, reduz-se a “capacidade de a vítima resistir”. No caso avaliado, porém, Moro considera que havia “relação prolongada” entre o empreiteiro e o esquema criminoso, “no qual a empresa agraciada com contratos públicos concorda em realizar pagamentos a agentes públicos para persistir em sua atividade lucrativa”.

Para Moro, os empreiteiros que ora se apresentam como vítimas poderiam ter denunciado o crime em vez de tomar parte dele – e só resolveram falar agora porque estão presos. Segundo o magistrado, há pro-

vas de que o esquema não se limitou a uma exigência isolada por parte de Costa. Pior: Moro considera plausível que o esquema investigado pela Operação Lava Jato seja muito maior do que o que foi descoberto até aqui e que crimes similares podem ter sido cometidos pelas mesmas empreiteiras em outras estatais ou entidades públicas. Por isso tudo, escreveu o juiz, o argumento da defesa dos executivos “aparenta ser inconsistente”. É o mínimo que se pode dizer.

07 DEZ 2014

O ESTADO DE S. PAULO

MP exige do Metrô publicidade contra assédio sexual

Termo de Ajustamento de Conduta será assinado com agência e rádio após campanha polêmica veiculada neste ano ser investigada

Caio do Valle

Os casos de assédio sexual no Metrô de São Paulo viraram alvo do Ministério Público Estadual (MPE) após uma gafe publicitária da companhia. Uma inserção encomendada pela empresa no início do ano dizia que “trem lotado é bom para xavecar a mulherada”. A peça foi ao ar na Rádio Transamérica e acabou criticada porque estimularia abusos contra as passageiras. Agora, a Promotoria de Direitos Humanos exigirá uma campanha que alerte para a necessidade de se denunciar o crime de assédio no sistema.

A medida é bem-vinda, uma vez que ainda são frequentes os episódios de violência. Neste ano, houve média de quase duas ocorrências por semana dentro dos trens e das estações, incluindo a Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM) (mais informações nesta página).

De acordo com a promotora Paula de Figueiredo Silva, um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) previsto para o início de 2015 estabelecerá as regras da campanha. Além do Metrô, assinarão o compromisso a Rádio Transamérica e a agência NovaSB, responsável pela peça que foi ao ar em março, levando o MPE a abrir o inquérito.

“Em vez de buscar um ressarcimento monetário, pensei em uma forma de compensação do

PARALEMBRAR

Anúncio criou polêmica

Em março do ano passado, uma inserção publicitária sobre o Metrô de São Paulo na Rádio Transamérica causou polêmica. Na peça, o locutor afirmava que “trem lotado é bom para xavecar a mulherada”. O texto também destacava as obras de expansão da rede e dizia que o sistema lotado é “normal”. Passageiros reclamaram do teor da propaganda nas redes sociais. Na ocasião, o Metrô informou que a peça foi veiculada sem a aprovação da companhia.

dano por meio de uma campanha contra a violência sexual contra as mulheres. A minha ideia é que a empresa de publicidade faça a campanha e que o Metrô e a Rádio Transamérica usem seus espaços para divulgá-la”, afirma Silva.

Quem já sofreu abuso apoia a iniciativa da promotora. A assistente social Júlia (nome fictício), de 31 anos, teve suas partes íntimas filmadas, na quinta-feira passada, por um homem dentro de um trem lotado da Linha 1-Azul. “Há mulheres que ainda

não procuram a polícia, ou por medo ou mesmo por vergonha”, afirmou. Para ela, a medida poderá estimular mais mulheres a denunciar os crimes.

Júlia estava com uma amiga e contou que, por volta das 8 horas, um policial à paisana percebeu que um homem de 40 anos a filmava. “O policial viu que o rapaz estava com má intenção. Ele tirou o celular da bolsa e começou a gravar.” Ao chegar à Estação Paraíso, o policial a abordou e contou o que o homem fazia. Eles deram flagrante no abusador, que tentou negar o crime, mas imagens no celular comprovaram a violência.

Cidadania. Integrante da União de Mulheres do Município de São Paulo, Maria Amélia Almeida Teles estima que a maioria das vítimas de agressões no transporte público deixa de prestar queixa. “Você perde um dia, e muita gente tem a noção de que a impunidade pode permanecer.”

Para ela, o fundamental é que o Estado amplie a rede de transporte, para evitar lotação, que favorece abusos. “É muito bom que o Ministério Público esteja fazendo esse TAC para que se valorize o direito da mulher de ir e vir com liberdade, dignidade e cidadania.” Ela afirmou que medidas como a criação de vagão específico são discriminatórias, porque as mulheres devem ocupar todos os espaços.

CONTINUA

07 DEZ 2014

O ESTADO DE S. PAULO CONTINUAÇÃO

Até criança sofre abuso; sistema teve 84 casos neste ano

Delegacia diz que vítimas e abusadores não têm perfis definidos; ataques acontecem geralmente nos horários de pico

A Delegacia do Metropolitano (Delpom), que investiga crimes no Metrô e na Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM), registrou, de janeiro até a semana passada, 84 casos de violência sexual no sistema. Segundo a delegada-assistente Sandra Buzati, as ocorrências foram praticadas durante os horários mais superlotados – de manhã, entre as 7 e as 8 horas, e, à noite, das 18 às 19 horas.

“Tudo acontece no momento em que o trem está lotado, nos horários de pico. Os oportunistas se aproveitam do excesso de pessoas. A maioria dos casos é assim”, disse a delegada. Estudantes, senhoras, universitárias, trabalhadoras e até uma criança estão entre as vítimas dos crimes registrados neste ano, o que mostra não haver perfil específico das vítimas.

Os abusadores também não têm perfil definido. “Tem um senhor, com oito termos circunstanciados já lavrados por ato obsceno, que se masturba na frente de mulheres novas nas estações. Ele é casado, trabalha. Mas também tem jovens de 22, 23 anos”, afirmou Sandra.

A delegada explica que as Estações Sé e República, entre as mais movimentadas da rede, são algumas com mais ocorrências de violência sexual anotadas pela polícia. “Geralmente, os próprios passageiros abordam o agressor, quando a vítima está sendo importunada. Ou a vítima pede ajuda, os passageiros abordam e levam o agressor ao segurança da estação.”

Violência

“Quero identificar, com calma, se essa proposta seria bem recebida. Porque já houve, em um primeiro momento, uma publicidade que teve o efeito oposto. A ideia agora é consertar.”

Paula de Figueiredo Silva

PROMOTORA DE JUSTIÇA DE
DIREITOS HUMANOS

“Fiquei das 9 às 13 horas na delegacia e perdi a consulta médica à qual estava indo. Além disso, me falaram que preciso ir ao fórum apresentar a denúncia contra o agressor em até 60 dias, senão o processo não segue em frente. Mesmo assim, vou lá, porque quero que o agressor aprenda uma lição e não faça mais isso.”

Júlia (nome fictício)

VÍTIMA DE ABUSO SEXUAL

Os casos são registrados como importunação, estupro tentado, violação sexual mediante fraude e estupro de vulnerável. O Metrô costuma ter mais ocorrências assim do que a CPTM, segundo a Polícia Civil.

Criança. No mês passado, uma das vítimas foi uma menina de 9 anos. Segundo a polícia, um homem a pressionou pelas costas contra a sua genitália – a mãe da criança estava sentada no banco do trem lotado e não percebeu o ato violento, uma vez que a menina estava em pé. O criminoso foi notado por outros passageiros, que o denunciaram. Ele foi levado para a Delpom e responderá por estupro de vulnerável. O caso aconteceu em uma linha da CPTM. /c.v.

07 DEZ 2014

O ESTADO DE S. PAULO

SÔNIA RACY

Sem placa

Proposta do procurador-geral, **Rodrigo Janot**, enviada ao STF, se aceita, vai obrigar governos e prefeituras a jogar montes de placas no lixo. Ele quer proibir que se dê o nome de pessoas vivas a ruas, praças, escolas, hospitais ou qualquer outra coisa.

Hoje a norma é legal, por exemplo, na Constituição estadual... do Maranhão.

Rato na rede

Tem gente usando o site do STJ para “dar sentença”... no Facebook. Em processo iniciado em 2000, um cidadão tentou processar a Coca-Cola alegando ter encontrado um rato em uma garrafa do refrigerante. O TJ paulista, após ouvir o Instituto de Criminalística, derrubou a ação por achá-la improcedente.

O post distribuído pelo STJ no Facebook definia a acusação como “boato” – e recebeu muitas críticas, porque ainda cabe recurso.

O tribunal, então, se corrigiu: “Até aqui, boato!”

08 DEZ 2014

BEM PARANÁ

Arenada Baixada foi palco de casamento coletivo

Na tarde de ontem, cerca de 800 casais formalizaram a união civil durante cerimônia coletiva na Arena da Baixada. Além de Curitiba, outros nove municípios da Região Metropolitana foram atendidos pela ação — Almirante Tamandaré, Araucária, Campina Grande do Sul, Campo Largo, Colombo, Fazenda Rio Grande, Pinhais, Piraquara e São José dos Pinhais. A celebração do casamento coletivo, com direito à benção ecumênica, encerrou as atividades de 2014 do projeto Justiça no Bairro - Sesc Cidadão. A cerimônia teve a participação da Camerata Antiqua de Curitiba, regida pelo Maestro André e pelo Coral do Ministério Público e por Músicos do Projeto Crescer — projeto social que atende crianças de Arapongas em situação de vulnerabilidade. A celebração foi presidida pela desembargadora do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (TJPR) e coordenadora do projeto Justiça no bairro, Joeci Machado Camargo. Mais de 12 mil pessoas acompanharam a solenidade.



BEMPARANÁ

Casa vota novo Código de Processo Civil

O Senado deve votar esta semana a reforma do Código de Processo Civil, aprovado em comissão temporária da Casa na semana passada. O Código de Processo Civil regula a tramitação das ações judiciais, os prazos, atos e procedimentos referentes a elas e tem o objetivo de simplificar processos e acelerar decisões da Justiça, inclusive eliminando parte dos recursos hoje permitidos. Entre os mais de mil artigos do código, está o que prevê uma fase prévia de conciliação e mediação entre as partes, por meio de centros de solução de conflitos, para tentar evitar a solução de problemas por via judicial.

“Vamos diminuir sobremodo a avalanche de recursos que existe, vamos garantir prazos compatíveis para o bom andamento da Justiça e oferecer ao Brasil o que eu chamo Código do Processo Civil Cidadão”, ressaltou o relator da matéria, senador Vital do Rêgo (PMDB-PB).

Durante a discussão do CPC, o relator acatou a maioria das propostas feitas pela Câmara: foram 14 de quase 20 dispositivos, entre eles o que trata de pensão alimentícia. Pelo texto, quem não pagar pensão vai ser preso em regime fechado, mas terá a garantia de separação dos presos comuns. O credor vai poder pedir a prisão após um mês de inadimplência, e não apenas após três meses.

08 DEZ 2014

O juiz deverá fazer várias sessões de conciliação e buscar apoio multiprofissional para ajudar pessoas que disputam divórcio, guarda e outros temas de família. A intenção é que os casos sejam solucionados cada vez mais por acordo.

Outro instrumento que deve dar celeridade às ações é o chamado “incidente de resolução de demandas repetitivas”, comuns em processos que envolvem planos econômicos, a área previdenciária e a de direitos do consumidor. Nesse caso, Vital resgatou o texto original do Senado, que autoriza a instauração do incidente ainda na primeira instância. Os deputados haviam estabelecido que a medida só valeria em tribunais de Justiça ou tribunais regionais federais.

A reforma do Código de Processo Civil também prevê que a Justiça só poderá confiscar os bens dos sócios para pagar dívidas da empresa depois de ouvir todas as partes. Atualmente o juiz pode decidir o confisco sozinho. O texto prevê ainda que a penhora de contas e investimentos não pode ser feita por liminar e que o confisco do faturamento da empresa só será usado como último recurso.

A votação final do novo código está prevista para quarta-feira no plenário do Senado; Se aprovado, o projeto vai à sanção presidencial. Antes de começar a tramitar no Senado e na Câmara, uma comissão de juristas renomados, presidida pelo ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal designada pelo então presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP) elaborou um anteprojeto sobre o tema.

06 DEZ 2014

TRIBUNAL DO PARANÁ

MP pede R\$ 418 mi de volta

O Ministério Público de São Paulo entrou, na noite de ontem, com uma ação civil pública para pedir a anulação de três contratos firmados no período de 2002 a 2007 entre empresas acusadas de participação em cartel e a Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM). O promotor Marcelo Milani informou que os contratos já foram cumpridos.

“Esses contratos tinham duração de cinco anos e verificavam a possibilidade da manutenção corretiva e preventiva destas linhas de trem”, explicou o promotor. Segundo ele, as empresas faziam simulacros de concorrência que, “em nenhum momento, existiam”.

Os quatro promotores que assinam a ação pedem na Justiça, além da anulação dos contratos, o ressarcimento integral dos valores firmados nos três contratos, acrescidos de 30% referente a uma indenização por dano moral coletivo [que chegaria ao valor de R\$ 112,4 milhões]. Com isso, o valor total que seria ressarcido aos cofres públicos alcançaria R\$ 418 milhões.

“Ingressamos com uma ação para anular os contratos que já estão cumpridos e que o dinheiro pago pela companhia de trens seja devolvido aos cofres públicos”, disse Milani. Segundo ele, a população “vem sendo massacrada pelo péssimo serviço que é oferecido” e, por isso, o Ministério Público decidiu inserir o valor de 30% sobre os contratos por dano moral coletivo à ação.

Na ação, os promotores também pediram a dissolução de dez das 11 empresas que constam no processo: Siemens, Alstom, CAF, TTrans, Bombardier, MGE-Manutenção de Motores e Geradores Elétricos, Mitsui, Temoina, Tejofran e MPE Montagens e Projetos Especiais.

06 DEZ 2014

TRIBUNAL DO PARANÁ

Fiep recorre contra feriado

A Federação das Indústrias do Paraná (Fiep) protocolou ontem um recurso judicial no Tribunal Regional de Trabalho do Paraná (TRT-PR) para que o dia 19 de dezembro não seja considerado feriado civil e obrigatório no estado.

A procuradoria jurídica da Fiep entrou como assistente dos réus na ação movida pelo Sindicato dos Empregados no Comércio de Pato Branco contra concessionárias de veículos da região que originou toda a discussão sobre o feriado.

Em novembro, a 6.^a Turma de desembargadores do Tribunal Regional do Trabalho da 9.^a Região (TRT-PR) considerou que a data deveria ser feriado civil e não ponto facultativo.

A procuradoria da Fiep apresentou argumentos de que a lei estadual que criou o feriado seria inconstitucional desde sua origem, em 1962, porque segundo a entidade na época não havia, portanto, delegação legislativa aos Estados para criarem feriados. Além disso, a classe argumenta que há uma legislação de 1995 que determina como feriado civil a “data magna do Estado fixada em lei estadual”. “Até hoje o Estado do Paraná não definiu qual é a sua data magna”, alega a entidade.

O Ministério Público do Trabalho do Paraná enviou uma nota hoje reforçando que entende que o dia 19 de dezembro é feriado estadual. A interpretação do MPT-PR baseia-se no texto da lei. O procurador-chefe do MPT-PR, Gláucio Araújo de Oliveira, defende que nessa data os trabalhadores devem ser dispensados de suas atividades por 24 horas, sem perda de remuneração.

Ele explica que a exigência de trabalho no feriado em cada empresa deve ser previamente autorizada pelo Ministério do Trabalho e Emprego e remunerada em dobro ou compensado por meio de banco de horas.

08 DEZ 2014

JORNAL DO ÔNIBUS

Ex-diretor da Assembleia voltou a ser solto

O ex-diretor da Assembleia Legislativa do Paraná (Alep) Abib Miguel foi solto na noite sexta-feira (5), após vencido o prazo de prisão temporária, de acordo com o advogado Eurolino Reis. Bibinho estava preso desde o dia 28 de novembro, em Brasília. Ele foi detido por membros do Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), quando recebia cerca de R\$ 70 mil em dinheiro. A quantia estava com o administrador das propriedades do ex-diretor em Goiás.

Bibinho foi condenado a mais de 37 anos de prisão somando duas ações que tramitaram contra ele, e outros, por associação em organização criminosa que promovia a nomeação de pessoas para cargos em comissão na Assembleia Legislativa, sem que elas efetivamente prestassem serviços. A remuneração dos funcionários fantasmas era repassada para os chefes do esquema. ■

08 DEZ 2014

JORNAL DO ÔNIBUS

Menino de 13 anos é encontrado morto em Delegacia do Adolescente

Um menino de 13 anos foi encontrado morto na noite do último sábado (6) em um Centro de Socioeducação do Paraná, localizado ao lado da Delegacia do Adolescente de Curitiba, no bairro Capão da Imbuia.

De acordo com os socorristas do Samu que atenderam a situação, o infrator já estava morto no momento em que a ambulância chegou ao local. Ele demonstrava sinais de enforcamento e a polícia acredita que o menino possa ter se suicidado.

Apesar de ficar ao lado da Delegacia do Adolescente, a responsabilidade do local é da Secretaria de Estado da Família.

A Divisão de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP) iniciou uma perícia para apurar as responsabilidades da situação. ■

06 DEZ 2014

IMPACTO PARANÁ

PUNIÇÃO PARA BIBINHO

PODERÁ SER A MESMA PARA QUANTOS DEPUTADOS?

Nem poderia ser outro senão de pânico o clima reinante com a nova prisão, registrada em Brasília para Abib Miguel, o Bibinho, ex-diretor da Assembleia Legislativa do Paraná.

No regresso de uma viagem onde foi buscar parte da renda registrada com a produção de fazenda de sua propriedade, nas cercanias de Brasília, Bibinho acabou sendo preso em ação provocada pelo GAECO do Paraná, com a colaboração de policiais da capital federal.

A repercussão provocada pela denúncia de lavagem de dinheiro que o mesmo estaria promovendo, situação que a esta altura fez uns e outros imaginarem que Bibinho pudesse, inclusive, ter alguma relação com o esquema de lavagem de dinheiro que Alberto Youssef tornou manchetes no país nos últimos tempos, agitou os paranaenses, principalmente deputados e ex-deputados.

Passado o clima de repercussão veio o pânico diante da possível delação premiada, assunto, inclusive, levantado anteriormente pelo Impacto, como capaz de ser provocado diante do fato de que, sem assinar documentos tenha contribuído, com a participação de vários deputados, em suspeitos crimes de improbidade pela nomeação de fantasmas e uso de suas contas bancárias.

Da delação premiada, assunto provocado nesta semana após a prisão por cinco dias de Abib Miguel em Brasília, extensiva a filha e filho do mesmo, gerando fartas notícias que repassaram notícias vindas da capital federal mas sem maiores detalhes, surgiram especulações.

Diante de novas revelações que teriam sido provocadas com o auxílio à polícia por parte de um ex-funcionário de Bibinho, Bastos Pequeno, revelando algumas empresas que além da fazenda do mesmo estariam, ainda, provocando negócios geridos pelo mesmo através familiares, fechou-se um canal que esgotaria de vez o ex-diretor da Assembleia Legislativa, o único que até aqui vem sendo mais severamente punido diante dos escândalos denunciados com os tais "diários secretos" da Assembleia paranaense.

Das contas com funcionários fantasmas e manobras estratégicas que teriam sido facilitadas para aliviar o Imposto de Renda de determinados parlamentares, gente de alto coturno e ainda hoje ocupando cargo no Poder Legislativo, Bibinho pressionado agora com o corte de recursos de suas propriedades e com a pressão que atingiu com prisão até seus familiares, teria, finalmente, se rendido a delação premiada.

Tal revelação causou pânico, como é natural, em parlamentares que se envolveram com o mesmo, o qual calou-se para salvar a pele de cerca de 100 parlamentares, segundo especulam, e que teriam se envolvido, também, com situações criadas e denunciadas na Operação Gafanhotos, ainda não concluída mas que chegou, a princípio, a gerar dezenas de esclarecimentos em inquéritos abertos pela Polícia Federal, e ainda hoje pendentes de uma decisão final.

O caso de uma funcionária, denunciada na época como telefonista, mas que seria alguém encarregada de cuidar das declarações do Imposto de Renda de alguns parlamentares voltou à tona, agora,

diante do pânico estabelecido com a nova prisão de Bibinho que poderia, a esta altura, apelar para a delação premiada.

Com mais de 70 anos, vivendo com a família um drama que expõe a todos em situações escandalosas, inclusive com prisões agora provocadas, e cercado na busca de recursos que juntou durante uma vida inteira, inclusive antes de entrar na Assembleia, Abib Miguel, o Bibinho, estaria disposto agora a uma delação premiada que lhe permita um fim de vida mais digno diante da maciote em que vivem deputados que se salvaram sem assumir suas responsabilidades diante de tantas denúncias.

Enquanto estaria escrevendo, de próprio punho, os seus "diários secretos" para no futuro colocar a público, Bibinho foi surpreendido com esta nova prisão e uma situação criada que fechou o cerco, inclusive, em cima de sua família, levantando suspeitas de que ainda possam existir várias situações a serem reveladas, caso do Imposto de Renda dos Deputados, de auxílios concedidos para alguns parlamentares, de facilidades que teria como diretor geral da Assembleia proporcionado para gente acima de qualquer suspeita, além, é claro, da Operação Gafanhotos que poderia, a esta altura, revelar-se de uma vez mostrando quem é quem no rol dos culpados que foram salvos até agora pelo silêncio de Abib Miguel.

CONTINUA

IMPACTO PARANÁ

06 DEZ 2014

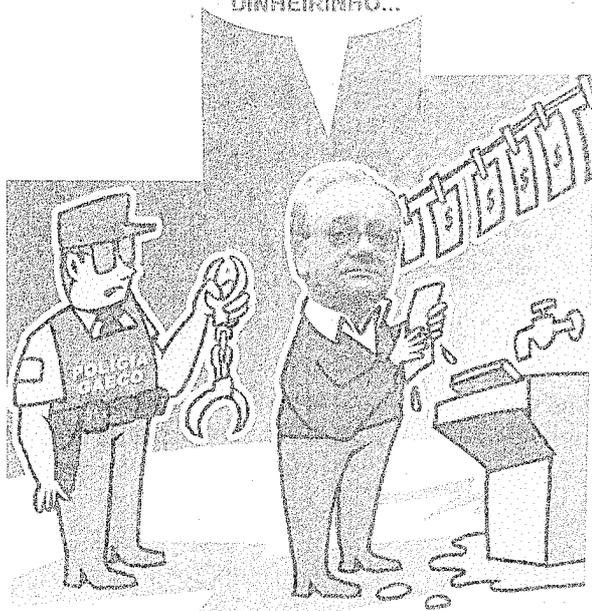
CONTINUAÇÃO

Do retorno de Brasília poderão surgir novidades que a esta altura deixam em pânico uns e outros já que além de Nelson Justus e Alexandre Khoury, dois deputados que foram os únicos alcançados em situações vexatórias com relação a seus bens, muita gente estaria na lista de envolvidos muito

mais naquilo que afirmam ser um mar de lama onde apenas um afogado teria sido jogado aos tubarões.

Uma delação premiada a esta altura poderia revelar quem, na verdade, participou de algum esquema de lavagem de dinheiro?

SÓ FALTAVA
ESSA... PRESO
POR LAVAR O MEU
DINHEIRINHO...



TENHO UMA RECLAMAÇÃO
A FAZER... AQUELA MAQUINA DE
LAVAR DINHEIRO QUE VOCÊ ME
VENDEU NÃO LAVA DIREITO... NÃO É
O QUE MEUS AMIGOS DEPUTADOS
ENCOMENDARAM...



ACHO QUE
TEM DEPUTADO
QUE JÁ VENDEU
SUA MAQUINA HÁ
MUITO TEMPO...
AGORA SÓ FICOU
BAGULHO...



IMPACTO PARANÁ 06 DEZ 2014

ADVOGADO DE BIBINHO LEVANTA SUSPEITA DE DEBILIDADE MENTAL DE PROMOTOR DO GAECO

Eurolino Sechinell dos Reis, advogado, OAB/PR-29.428, defensor de Abib Miguel, o Bibinho, procurado pela reportagem do Impacto para manifestar-se quanto a situação do seu cliente, preso em Brasília, mostrou o inteiro teor da Representação Criminal interposta no Tribunal de Justiça do Paraná, nesta quinta-feira (04), denunciando o Promotor Denilson Soares de Almeida, lotado no GAECO, por ato criminoso descrito no Artigo 325 do Código Penal e da Lei 12.850/2013.

Matéria que levanta polêmica em relação ao "Segredo de Justiça" que foi flagrantemente violado, segundo o denunciante, por parte do Promotor em questão para o qual levantou a suspeita de debilidade mental.

Dirigindo-se ao Colendo Orgão Especial do TJ-PR, em nome do seu cliente, Abib Miguel, o advogado do mesmo relata em 19 páginas os fatos e o objetivo de sua Representação Criminal contra o citado Promotor, por conta do Procedimento Investigatório Criminal distribuído e autuado junto à 4ª Vara Criminal de Curitiba sob o nº 0025454.34.2014.8.16.0013.

Os termos usados pelo advogado Eurolino Sechinell dos Reis buscam colocar em dúvida a condição mental de uma autoridade da Justiça, por conta de um procedimento que identifica como uma ação praticada contra "presa preferida", acusando o citado Promo-

tor por conta de uma "compulsão doentia" com objetivo de forçar o mesmo a uma "delação premiada", procedimento que está na moda por conta da Operação Lava Jato.

LEMBRANÇA

Na Representação Criminal contra o Promotor Denilson Soares de Almeida, é lembrado inicialmente o Procedimento Investigatório do MP que requereu a prisão temporária (cinco dias), do seu cliente Abib Miguel bem como de familiares e outros, tendo sido concedida renovação por mais alguns dias, ao mesmo tempo em que se procedia a busca e apreensão de documentos, bloqueio de bens e outros valores, bem como outras providências que o MP entendeu como exigível.

Tal pedido foi determinado à 4ª Vara Criminal de Curitiba, e teve declarado "Segredo de Justiça", pelo Meretíssimo Juiz a pedido do próprio GAECO, instrumento que impedia, naturalmente, que nenhuma informação constante dos autos de investigação viessem a público.

O advogado Eurolino Sechinell dos Reis até ironiza em sua Representação, porque "ou é segredo ou é público", dizendo que não existe "mais ou menos" que, como ele diz "ou é Jesus ou é Genésio".

Acusando o GAECO de ser ávido pela publicidade, bem como pelo acordo espúrio existente entre o citado órgão e o Grupo RPC

Com, especialmente com a Gazeta do Povo, o advogado lembra tal acusação de fácil reconhecimento pelas matérias com o uso do termo "Exclusividade", tendo o Promotor violado o sigilo funcional, proporcionando, inclusive, violação do sigilo profissional ou facilitar o conhecimento dos fatos pela mídia escolhida, conforme episódio que relata com todas as letras.

Eurolino dos Reis lembra que, repórteres da Gazeta do Povo e RPC Com, esperaram a polícia na frente da residência de Abib Miguel, para a operação de busca e apreensão de documentos no local, conhecimento prévio de como as autoridades iriam proceder, quebrando o sigilo das investigações.

O advogado de Abib Miguel cita o Promotor Denilson Soares de Almeida como responsável pelo vazamento de informações, lembrando, inclusive, que o mesmo foi entrevistado por telefone, diretamente de Goiás quando da prisão do seu cliente.

Dizendo que Abib Miguel, Bibinho, e os familiares detidos, como os demais presos, foram colocados na prisão da opinião pública sendo condenados sem julgamento, "com a Justiça sendo feita em praça pública".

CONTINUA

IMPACTO PARANÁ

06 DEZ 2014

CONTINUAÇÃO

A esta altura, o advogado em sua Representação passa a lembrar situação parecida, ocorrida com o delegado de polícia Protógenes Pinheiro Queiroz, que na Operação Satiagraha, agiu da mesma forma que o Promotor agora denunciando, tendo naquela ocasião, inclusive, além de informações fornecidas a imprensa pelo mesmo, antecipou a presença de repórteres antes da polícia para as prisões de Celso Pita e Naji Nahas.

Citando site da Gazeta do Povo que no dia 28 de novembro último anunciou antes do próprio procedimento policial, às 13h17min um registro que ainda não havia ocorrido ou estava em andamento na busca e apreensão de documentos na residência de Abib Miguel.

Souberam antecipadamente ou adivinharam que isso iria ocorrer, deixa subjetivamente transparecer o advogado em sua interpelação criminal.

Levantando duas hipóteses, a primeira de que se trata de debilidade mental do Promotor Denilson Soares Almeida e em segundo lugar de compulsão doentia pela execração pública de pessoas ao público em geral.

Dizendo que Bibinho tornou-se a "presa preferida" do citado Promotor, forçando-o a uma delação premiada por causa dos tais "diários secretos", lembra, ainda, que imagem produzidas pelo próprio GAECO quando da prisão de Bibinho em Brasília, com a tal "mala de dinheiro", foram fornecidas à imprensa, conforme Impacto mostra em foto acima publicada pela Gazeta do Povo, tudo com objetivo de execração pública do mesmo e de sua família.

Estes são os motivos que levaram o advogado de Abib Miguel, o Bibinho, a entrar nesta quinta feira (04) no Tribunal de Justiça do Paraná com a dita Representação Crimi-

nal, prometendo para proximamente mostrar a legitimidade do procedimento do seu cliente indo buscar resultado do arrendamento de propriedade familiar que tem documento desde muito antes de entrar na Assembleia Legislativa, inexistindo segundo ele motivos para que o mesmo não pudesse estrar recebendo, legitimamente aquele dinheiro.

DELAÇÃO

Nas últimas horas a expectativa era quanto a possibilidade de Abib Miguel ser liberado da prisão nesta sexta-feira (05), desde que nenhum fato novo venha a ser levantado conforme alerta do advogado Eurolino dos Reis que se mostrou cauteloso quanto ao fim do prazo de prisão prorrogado.

Nos bastidores, nesta última quarta feira, surgiu a notícia de a filha de Bibinho, Luciana Abib, que foi presa em São Paulo no mesmo tempo em que prenderam seu pai, por ser ela administradora de seus negócios, estaria disposta a uma delação premiada, revelação que, sem confirmação, teria causado agitação na Assembleia Legislativa onde uns e outros, segundo papo corrente no Centro Cívico, teria, corrido para o banheiro sentando ao trono com desinteria.

O silêncio de Bibinho, que até hoje nunca aceitou delação premiada, deixa muitas dúvidas sobre os motivos de se tornar mártir de uma situação que deixa transparecer estar muita gente envolvida até a medula, como dizem.

Outro registro nas especulações levantadas nas últimas horas é de que, dentre a documentação apreendida na residência de Abib Miguel, estaria dentre outros dois dossiês que contam tudo e mais um pouco a respeito dos "negócios" envolvendo os deputados Valdir Rossoni e Ademair Traiano, material que a esta al-

tura, a exemplo das revelações já feitas pelo GAECO, bem que poderiam ser, também levadas a público, desde que se confirme a presença do citado material.

Sabia-se, e o Impacto havia antecipado, que Bibinho vinha passando em seus "diários secretos" relatos de uns e outros que, acima de qualquer suspeita no momento, podem ter imagens comprometidas desde que verdadeiras tais especulações.

IMPACTO PARANÁ

JUSTIÇA

Osmann de Oliveira
- Advogado

06 DEZ 2014

DINHEIRO HÁ...



O governador do Estado do Paraná, pessoa digna e que segue à risca o legado de honradez deixado pelo seu saudoso pai, José Richa, e de quem, aliás, fui amigo pessoal desde quando pintávamos faixas de propagandas eleicoeiras do Major Ney Braga, então candidato a Prefeito de Curitiba e depois pretendente a outros cargos eletivos, tem sobre os seus ombros a alta missão de compatibilizar a arrecadação com as despesas. Dentro desse quadro há que se olhar para situação desagradável em que vivem, por exemplo, os PROCURADORES DO ESTADO, - não confundir-se com a identidade dos ilustres Membros do MINISTÉRIO PÚBLICO, - pois, aqueles exercem a advocacia representativa judicial extrajudicial dos Três Poderes, Executivo, Legislativo e Judiciário. Os demais na forma do art. 114 da Constituição do Estado exercitam a defesa da ordem jurídica tendo por princípio institucional promover a ação penal pública ou mediante representação, e zelar pelo efetivo respeito dos poderes públicos, além de promover o inquérito civil e a ação civil pública para proteção do patrimônio público e social, - de onde se conclui que ao Chefe do Poder Executivo cabe prover o funcionamento desses órgãos.

Nesse cariz é dever do Governador evitar discriminações pagando bem a uns e desmerecendo a outros. Coloco o exemplo seguinte: Juizes vinham sofrendo muito pelos vencimentos baixos que recebiam - e que ainda não são os melhores- não podendo elevá-los acima do que recebiam e recebem os respeitáveis Ministros no Supremo Tribunal Federal. Como esta Corte adotou ajuda através da propostas de auxílios laborais, também, os Tribunais seguiram o mesmo caminho, e neste andar e por igual, o Ministério Público. A determinação que deveria ser estendida a Procuradoria Geral do Estado, abrangendo, não só os servidores da ativa, como, também, os inativos. Não se aceita, causa repugnância a discriminação, sobretudo, quando se vê que o Estado possui dinheiro suficiente para a garantia dos vencimentos, subsídios e dos proventos. Causa perplexidade a forma discriminatória que se verifica. "O pão nosso de cada dia" deve ser para todos sob pena de se aquinhoar desigualmente aos iguais. A PGE pelo trabalho dedicado de seus dignos componentes tem cobrado e recebido valores altíssimos para os cofres do Estado, e os quais, garantem a sobrevivência dos demais órgãos!